



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 81ª  
(OCTOGÉSIMA PRIMEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL  
PARA DEBATER O PL 1.315/2012 E O SUBSTITUTIVO  
PROPOSTO PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, QUE  
DISPÕE SOBRE A ATIVIDADE PRIVATIVA DOS PROFISSIONAIS  
TAXISTAS DO DISTRITO FEDERAL  
DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Celina Leão a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 22ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 79ª Sessão Ordinária.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.784, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, a sessão ordinária de hoje, dia 26/09/2013, quinta-feira, fica transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 1.315, de 2012, e o substitutivo proposto pelo GDF, que dispõe sobre a atividade privativa dos profissionais taxistas do Distrito Federal.

Convido a Deputada Celina Leão para presidir os trabalhos da Comissão Geral.

Declaro suspensão a presente sessão, convidando as senhoras e os senhores Deputados, bem como os convidados, a participarem dessa comissão do Plenário.

Já de antemão, solicito a abertura das portas para que os interessados no debate possam adentrar este plenário e a galeria, se por ventura for necessário.

(Suspensa às 15h31min, a sessão é reaberta às 15h45min.)

(Assume a Presidência a Deputado Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a comissão geral.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater o PL nº 1.315, de 2012, e o substitutivo proposto pelo Governo do Distrito Federal, que “dispõe sobre atividades privativas dos profissionais taxistas do Distrito Federal”.

Convido para tomar assento à Mesa o Deputado Robério Negreiros. Peço uma salva de palmas para o nosso querido Deputado, que, inclusive, é também um dos relatores do projeto na CCJ. (Palmas.)

Convido a tomar assento à Mesa o Deputado Olair Francisco, que se faz presente. (Palmas.)

Convido a tomar assento à Mesa a Presidente do Sindicato dos Permissionários e Motoristas Auxiliares do Distrito Federal – SINPETAXI, Sra. Maria do Bonfim. Eu acho que ela não se faz presente, mas o seu representante, Sérgio Aureliano, por favor, sente-se aqui conosco. Seja bem-vindo, Sérgio. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Presidente do Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal – SINTAXI/DF, Geocarlos Cassimiro Araújo, que se faz presente aqui também.

Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Subsecretário de Transporte Público Coletivo e Individual da Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal, Ronaldo Persiano. Muito obrigada, Ronaldo, pela presença.

Eu queria explicar como vai funcionar a audiência pública. Alguns Deputados terão de sair e querem dar uma palavra rápida. O Deputado Olair Francisco me pediu, e também o Deputado Robério Negreiros, que está com compromissos.

Hoje, o governo está trazendo um substitutivo para nós discutirmos, e eu queria fazer da seguinte forma: que vocês falem primeiro, e o governo apresente ao final; ou o governo apresenta primeiro, e vocês falam ao final. Quero deixar aí para deliberarmos como é que a gente poderia fazer, porque eu acho importante a gente também ver qual é a proposta que o governo trouxe.

Quero aqui também registrar que o Deputado Rôney Nemer tem feito um bellissimo trabalho. Ele deve estar descendo também. A gente está fazendo tudo junto porque o projeto tem de passar na CEOF, na CCJ e na minha comissão, a CAS. Então nós estamos tentando tirar um texto único, de consenso com vocês, para que o projeto não mude ao chegar a cada comissão.

Quem quiser fazer uso da palavra, é só procurar o Cerimonial, a Renatinha, que está aqui conosco. Aliás, não é Cerimonial não, é uma fera essa menina, assessora do Deputado Robério Negreiros. E tem um pessoal nosso aqui também, o Estevão. Quem quiser falar, é só levantar a mão que eles irão fazer o registro para que vocês possam falar.

Inicialmente passo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Deputada Presidenta, como estamos em uma reunião de trabalho, quero que todos vocês se sintam cumprimentados pela nossa Presidenta, a Deputada Celina Leão.

Deputada, esse projeto dos taxistas nós já havíamos debatido profundamente em nossa comissão, fizemos reuniões com os presidentes de sindicatos, com as lideranças etc.

Naquela semana, há oito dias, eu estive no Hotel Manhattan. Cheguei lá um pouco cedo, e havia um moço sentado ao lado de Juscelino Kubitschek. Veja bem, Deputada, havia um cidadão sentado ao lado de Juscelino. Eu cheguei para ele e perguntei: "Quem é esse moço aí?" Ele disse: "Esse aqui é o Juscelino". Falei: "Oh, rapaz, que coisa boa. Você é de Brasília?" "É. Sou". Ele disse: "Juscelino. Esse moço aqui, Paulo Octávio, é o dono disso e disso...", e ficou falando. Eu falei para ele: "O senhor trabalha em quê?". Ele disse: "Eu sou taxista". Falei: "É mesmo?" E ele falou: "É". Então, eu toquei nesse assunto, mas não falei para ele que eu era parlamentar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Aí eu fui – porque esta agora é a parte importante – e falei: “Tem muito tempo que o senhor é taxista?” E ele disse: “Tem quatro anos”. Viu? Quem está aí defendendo o governo, para saber o que é um sacrifício. Ele disse: “Tem quatro anos que eu sou um taxista”. Falei: “Como é que o senhor adquiriu essa placa?”. Ele disse: “Rapaz, eu sou aposentado, me aposentei. E eu tinha uma casa lá na 6 da Guariroba”. Talvez poucos aqui conheçam a 6, porque, às vezes, vocês só trabalham no Plano Piloto. A 6 é ali, depois do estádio você entra à direita, a primeira é a 10, a segunda é a 8 e depois é a 6, é perto do quartel de polícia. Eu falei: “Como é que foi?” Ele disse: “Rapaz, eu peguei, vendi a minha casa e adquiri essa placa”. Falei: “Como é que você comprou essa placa?” Ele disse: “Meu amigo era há mais de trinta anos motorista e dono da placa. Ele morreu, a viúva não tinha condições, e eu comprei a placa e o carro dela”. Eu falei: “E aí, você ficou sem a casa”. “Pois é, rapaz, eu peguei uma micharia que sobrou e comprei um apartamento”.

Eu quero dizer para a senhora o porquê de eu estar contando essa história: esse cidadão, Deputada, não pode perder sua placa. É a mesma coisa do feirante. A minha mãe era feirante, eu fui feirante. Ele dedicou a sua vida trabalhando como feirante, como taxista, e não pode perder aquele direito adquirido.

Foi isso que eu sempre falei. No dia da reunião, lá embaixo, eu falei: “Olha, tem de ver essas pessoas que têm a placa e tal, assim, assim, assim”, porque nós não podemos deixar essa lei... Depois o governo... E não é só este governo ou o passado, não. Governo é um bicho difícil! É difícil, Deputada! Eu era camelô lá no centro de Taguatinga, e nós fomos transferidos para a Praça do Relógio. Eu fiquei sem a minha banca na Praça do Relógio. Se não fosse o Enoque, um cidadão de 90 anos, dizer: “vai lá e escolhe um lugar para você, que eu vou colocar a sua banquinha lá”, eu não tinha trabalhado na Praça do Relógio. Quem é mais velho aqui sabe que os camelôs foram trabalhar na Praça do Relógio.

Lá na Ceilândia, de um lado e de outro, havia uns quatrocentos feirantes. Fizeram o *shopping center* lá, e sabem o que aconteceu? Lotaram com oitocentas pessoas lá dentro, no Shopping Popular – um bando de bancas só de gente indicado por políticos. Eu não sei de onde apareceu aquele povo todo! Só que eles não entendem, Deputada, do ramo. O que aconteceu? Faliram. Ficaram lá dois, três dias, não são do ramo, não sabem onde comprar, tal e tal, não vendem. Aconteceu o quê? O Shopping Popular faliu em vários lugares. Quem tinha direito continuou sendo camelô porque não recebeu nada.

Então, se a gente não tiver cuidado, essa lei, que é necessária para ampliação, para as pessoas que já têm o seu direito adquirido... Todas essas pessoas ficam sem o seu direito adquirido. E começam os bonitões e as bonitonas a andarem de táxi para cima e para baixo, e quem tem direito não recebe.

Para mim, esse assunto já estava resolvido desde a semana passada. Mas aí vem, tira para lá, não sei o que foi, ou estava errado demais ou nós estamos certos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

demais. Não sei que lei é essa que debatem tanto lá no Executivo e quando chega aqui ainda está errada. Mas nós vamos consertar tudo aqui.

Então, a minha observação, Deputada – e Deputado Robério Negreiros, o senhor também, que é de um partido importante nesta Casa, o PMDB, que tem três Deputados –, a nossa preocupação na comissão é que a lei proteja quem tem o direito adquirido, aqueles que trabalham, que participam da cooperativa ou aquele que tem, às vezes, uma placa alugada, ou que, às vezes, comprou uma placa de uma viúva, como esse rapaz comprou – que possam ter de fato a sua permissão. Eu espero que o pessoal do governo tenha essa mesma sensibilidade.

E é possível, viu, Deputada? Sabe por que é possível? Porque nós fizemos aqui a Lei do Feirante, dando quinze anos, mais quinze anos; nós resolvemos o problema da Ceasa; resolvemos o problema do pessoal lá da Rodoviária. Então, é apenas mais um direito, é apenas mais uma categoria. Não tem nada demais aqui nós darmos permissão para esses trabalhadores que têm o seu direito adquirido, que são reconhecidos pelo sindicato ou pela cooperativa, que o governo sabe quem são. Não tem nada demais nós darmos permissão para que eles tenham a sua placa de táxi. Não tem nada demais. Esses são os que têm... Nós não podemos deixar essa coisa fundamental virar uma questão política, uma questão de proteger terceiros que não têm direito. Eu estou vigilante nesse negócio aí. A senhora pode contar comigo.

Por enquanto é só, Deputada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Olair Francisco.

Eu registro a presença dos Deputados Joe Valle, que acaba de chegar, e Agaciél Maia. Se quiserem fazer uso da palavra, ela está à disposição para os dois parlamentares.

Convido também para tomar assento à Mesa o Sr. Presidente da Associação dos Taxistas de Brasília, José Silva Nascimento.

Deputado Agaciél Maia, gostaria de tomar assento à Mesa?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Sr. Geocarlos Cassimiro Araújo.

SR. GEOCARLOS CASSIMIRO ARAÚJO – Pessoal, boa tarde. Os taxistas já me conhecem, alguns Deputados também, porque eu já estive aqui pedindo socorro em relação a esse projeto que foi encaminhado pelo Executivo. Desde o início do mandato do Governador Agnelo, eu luto, batalho para regularizar a profissão de taxista. Eles nunca deram atenção. Agora eles vêm de última hora com um projeto que é altamente prejudicial para a gente. Por quê? O ponto crucial desse projeto, no nosso entendimento – e nós já estivemos no gabinete do Deputado Robério



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Negreiros, que nos alertou também para esse problema –, é a mudança de permissão para autorização.

Quero agradecer à Deputada Celina Leão, que deu essa oportunidade de a gente debater mais uma vez a questão. Nós temos que ficar vigilantes quanto a essa mudança. Eu estive conversando com o assessor dela e o que o Sintaxi tem a propor é que haja um plebiscito com todos os taxistas, tanto auxiliares, como permissionários, para a gente matar essa questão de vez. Se houver esse plebiscito, o governo fica isento, os Deputados vão ficar também isentos dessa culpa futura, porque, no nosso entendimento, autorização é um instrumento frágil e vai dar direito ao governo de pôr autorização na hora em que ele quiser, ou tirar, e acho que isso vai prejudicar o trabalhador. Então, o ponto crucial e que chama atenção, para o Sintaxi e para a diretoria, é essa questão de mudar de permissão para autorização. Se houver um plebiscito, uma votação entre todos os trabalhadores, fica de forma transparente e depois ninguém vai reclamar e falar que foi traído, mal representado.

É só isso, Deputada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Queria passar a palavra agora ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Boa tarde a todos. Deputada Celina, tenho um compromisso, mas fiz questão de estar aqui presente. Vou ser o relator do caso na Comissão de Constituição e Justiça, e o meu entendimento, o do Deputado Rôney, relator na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e o da Deputada Celina, relatora na Comissão de Assuntos Sociais, é fazer um trabalho em conjunto para que não tenha nenhum tipo de remendo. Vamos fazer e votar porque esse projeto está desde o final do ano passado aqui na Casa, vocês sabem disso. Eu acho que chegou a hora de a gente definir isso para dar uma segurança maior a vocês.

A minha preocupação, Deputada Celina, são dois pontos: um que o Deputado Olair Francisco falou com muita proficiência, que é a questão, desculpe o termo pejorativo, dos contratos de gaveta que existem por não haver outra opção das pessoas. Como o próprio Deputado Olair disse, é um direito adquirido, mas não há segurança jurídica. O outro, que é um ponto que venho falando desde um encontro que houve no auditório aqui desta Casa, já tem um tempo, é a questão dos motoristas auxiliares. Não tenho nada contra os motoristas titulares, mas acho que os motoristas auxiliares, no atual modelo, estão sendo explorados, isso quando se tem o descanso do motorista auxiliar. Estou aprendendo um pouco, pois, apesar de não ser taxista, eu, como Parlamentar, tenho a obrigação de aprender um pouco mais, como todos os Parlamentares, colegas desta Casa.

Acho que eu, a Deputada Celina, o Deputado Rôney e os demais Deputados temos que ver essa questão dos motoristas auxiliares. Chegou ao ponto de eles, se quiserem descansar em um final de semana, terem que pagar, eles pagam a diária para poder... E, se não roda, o que acontece? Têm que pagar do mesmo jeito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Então, acho que a gente teria que ver uma saída para dar oportunidade a esses motoristas auxiliares, uma preferência, de se tornarem motoristas titulares, está certo? E eu me coloco inteiramente à disposição.

Vou pedir escusas, mas, como a comissão geral foi decidida ontem, eu já tinha um compromisso previamente agendado. Entretanto, a Deputada Celina vai conduzir esta comissão com muita proficiência. Fica aqui a minha garantia de que vou seguir o entendimento na CCJ do que for decidido e do que for de interesse maior da categoria, e da maneira mais célere possível, passando tanto pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, quanto pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Constituição e Justiça, para que a gente paute esse projeto o quanto antes. Acho que até o Governo tem interesse. A gente vai dar um ponto final. Como diz o Deputado Olair, a gente tem de assinar logo esse danado aí.

Muito obrigado, agradeço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Convido o Deputado Joe Valle a fazer uso da palavra.

DEPUTADO JOE VALLE – Boa tarde a todos. Gostaria de parabenizar a Deputada Celina Leão, o Deputado Robério Negreiros. A Deputada Celina tem sido uma Deputada extremamente combativa, tem sido aquilo que a gente espera do Deputado que nos representa. Você vem e ela usa todas as ferramentas que estão à disposição para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Portanto, Deputada Celina, não posso deixar de falar aqui e me colocar a sua disposição nesse assunto específico.

Acredito que a lei não pode vir para prejudicar, a lei tem que vir para melhorar a vida das pessoas. É na política que se trabalha a melhoria de vida. Quero me colocar à disposição da categoria para que a gente possa debater e discutir exaustivamente esse projeto, a fim de que tenhamos um projeto de lei de melhoria efetiva das condições de trabalho dos taxistas, até porque esta cidade depende de vocês cada vez mais, principalmente nesse ano, pois nós teremos o mundo inteiro de olho nessa nossa capital. Então, sejam muito bem vindos à Casa de vocês. Deputada Celina Leão, parabéns de verdade pela sua forma de fazer as coisas nesta Casa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Joe Valle. O Deputado Joe Valle é um excelente parlamentar, é o Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, criada pelo fruto do trabalho dele, é um excelente Parlamentar, decente, atuante, e ter ele do nosso lado cada vez mais enobrece a luta dos taxistas. Obrigada.

Gostaria de registrar a presença de algumas assessorias, a do Deputado Patrício, a Patrícia se faz presente, a Fecomércio, o Ataíde também que se faz presente. Se tiver alguma assessoria... O assessor do Deputado Rôney Nemer também se faz presente. Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Concedo a palavra ao Presidente da Associação dos Taxistas de Brasília, Sr. José Silva Nascimento.

SR. JOSÉ SILVA NASCIMENTO – Eu quero saudar os Exmos. Srs. Deputados, especialmente na pessoa da nossa Deputada Celina Leão, e parabenizar a todos pela iniciativa de estar abrindo as portas da Câmara Legislativa para a presença assídua dos taxistas para que possamos tratar dos assuntos mais significativos e indispensáveis da nossa categoria, juntamente com o corpo Parlamentar da nossa Capital. Quero desejar uma boa tarde também para os meus colegas de táxi. (Palmas.) Quero agradecer a presença de cada um, uma vez que tenho plena consciência do que é o sacrifício para cada um dos senhores de parar seu táxi e nos acompanhar nessa luta.

Deputados, o Governo é um pai maior que a sociedade tem. Nós, do segmento dos taxistas, consideramo-nos apenas mais um filho, mas não é fácil para estes filhos desta cidade alcançarem a conquista da liberdade, do reconhecimento, da cidadania, do pai de família e de seus entes familiares. Não tem sido fácil porque, ao longo de 35 anos vêm governos, saem governos, vêm governantes e saem governantes, e o taxista, por suas lideranças, tem batido às portas do Governo. Felizmente, hoje, nós contamos com uma certa parceria com a atual governo no sentido de atender, ouvir e negociar conosco n problemas que nós trazemos à mesa.

Neste exato momento, nós estamos centrados em três pilares das grandes necessidades dessa categoria: a transferência de veículos, resultado do produto do trabalho, do sacrifício de vários colegas que, por razões inúmeras, deixaram de estar assistindo suas famílias, seus dependentes e deixando sua viúva, seus filhos, seus dependentes sem o pão do dia a dia e ficando à mercê do Governo, à sobra, que nada mais é do que um carro e uma permissão, uma autorização apelidada de permissão da qual as viúvas e os dependentes e descendentes só podem fazer uso e obter o fruto de forma clandestina, praticamente clandestina. De forma ilegal, considerada ilegal. Então, veja, esse pilar dói na alma do profissional que dedica toda a sua carreira, a sua vida, a sua existência, o seu sacrifício e, no final dessa lida, nada deixou, nem de reconhecimento por parte do patrão maior, que seria o nosso pai, que deveria reconhecer prematuramente essas possibilidades e não deixar famílias e famílias desamparadas.

Bom, o segundo ponto é o taxista auxiliar. Brasília nunca teve um certame licitatório para conceder taxi por permissão. Antes da Constituição de 88, eram liberadas ordem de serviço, autorizações para que esse ou aquele profissional trabalhassem, aleatoriamente a qualquer certame licitatório, até porque não havia a exigência legal. Com o advento da nova Carta, alguns juristas entendidos – ou que se consideram entendidos – tendem a obrigar toda e qualquer forma de serviço público a ser executado e credenciado tão somente pelo certame licitatório e através do título da permissão. O art. 175 da Constituição Federal regulamenta e impõe exatamente essas exigências para o serviço público.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Nós aqui em Brasília temos o exemplo do que é o serviço público no transporte. Sabem qual é? A empresa chamada TCB. Ela é uma empresa pública, tem funcionários, motoristas que são funcionários públicos, cobradores que são funcionários públicos e demais funcionários que lá trabalham. Por quê? Por que eles recebem o seu salário do erário público. Então, eles são funcionários públicos. O jurista, antes de ser um grande jurista que ele pode chegar a ser lá no Supremo, no STJ, em qualquer instância da justiça, ele passou pelo banco da escola que eu passei. Lá nós aprendemos que o transporte nada mais é do que um meio de comunicação que interliga locais, cidades, uma cidade a outra, um ponto da cidade a outro ponto, um estado a outro estado, um país a outro país, e assim por diante.

Ou seja, nós não estamos sob a égide do art. 175 da Constituição Federal. Nós estamos na área de transporte e comunicações. A nossa atividade se prende aos arts. 21 e 22 da Constituição Federal. É lá que nós estamos colocados. Não podemos continuar passando gato por lebre. Nós não somos funcionários públicos. Nós prestamos um serviço essencial indispensável de utilidade pública à comunidade em geral, com a gerência e a fiscalização do governo, conforme manda a Constituição e as leis. Mas nós não somos funcionários públicos, nós não temos atividade pública.

Nós temos atividade autônoma, trabalhamos na nossa propriedade, recebemos um pagamento indireto de quem se utiliza do nosso trabalho. O governo não está pagando o nosso salário. Nós temos uma tarifa negociada, fiscalizada, elaborada pelo governo. Correto? Mas nós não estamos e não somos funcionários públicos. Nós somos trabalhadores autônomos da área de comunicação e transporte. Então, não estamos sob a égide de licitação pública por permissão. Nós estamos acobertados e encaixados nos arts. 21 e 22 da Constituição Federal, que cuida dos transportes e comunicações.

Por isso, Srs. Deputados, nós trabalhamos muito nos anos de 2009 e 2010, desarquivamos no Congresso Nacional o anteprojeto do ex-Senador Benedito Júnior. Propusemos alterações que foram aceitas, colocadas em votação e aprovadas nas duas casas federais. Hoje nós temos o resultado desse trabalho, que é a Lei nº 12.468, que regulamentou nossa profissão de taxista para todo o Brasil, conforme nossas propostas feitas através da Associação dos Taxistas de Brasília.

Ao mesmo tempo, nós procuramos o Secretário de Transportes do Distrito Federal, José Walter Vazquez, com quem negociamos e levamos duas sugestões. Na primeira, provocamos que fosse desarquivado e tocado para frente o certame licitatório das permissões, para que não se parasse no meio do caminho, como aconteceu conosco, pois ganhamos um calote do governo passado. Foi editada uma legislação, fomos convocados a participar, preparamos nossa documentação, arcamos com despesas e, depois, a licitação foi suspensa.

Fizemos a proposta ao nosso Secretário e colocamos a necessidade de que o governo, por meio da secretaria, enviasse esse anteprojeto para a Câmara, para que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

puvéssemos aqui, como estamos fazendo agora, colocar os pingos nos "is", Deputada. Não fazemos isso sozinhos, de forma alguma. Precisamos do bom combate de cada Deputado desta Casa para oficializarmos, obedecendo ao que diz a Lei nº 12.468, a regulamentação local dos nossos serviços de táxi, que é de utilidade pública, indispensável para nossa população e trará um pouco mais de seguridade social e profissional para o trabalhador, familiares e dependentes.

E muito importante, o terceiro pilar que eu gostaria de abordar, é que com esse anteprojeto estamos colocando ordem na casa, estamos regularizando todas as pendências de casos de dependentes, carentes, viúvas; toda essa celeuma de compra, venda, troca, que não se pode concretizar dentro do instrumento permissão. No instrumento autorização, nós podemos, colocados desta forma: nos pilares constitucionais da legislação civil.

Peço todo o empenho dos nobres Deputados, dos colegas de profissão, dos colegas líderes de categoria, para que não percamos a oportunidade de tornarmos nossa profissão, agora, independente de um sistema que está errado, para obtermos o nosso local adequado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Pessoal, boa tarde. Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Associação dos Taxistas, Sr. José Silva Nascimento; o Presidente do Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal – Sintaxi/DF, Sr. Geocarlos Cassimiro Araújo; o Primeiro-Secretário do Sindicato dos Permissionários e Motoristas Auxiliares do Distrito Federal, Sr. Sérgio Aureliano e Silva; o Subsecretário de Transporte Público Coletivo e Individual da Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal, Sr. Ronaldo Persiano, meu amigo e uma pessoa que conheço há muito tempo; o Presidente da Comissão, Deputado Robério Negreiros, que já esteve aqui e, em especial, a Deputada Celina Leão, que tem se destacado como uma das melhores parlamentares que esta Casa elegeu em 2010 e tem feito esse belo trabalho não só nas questões sociais, como também nas diversas políticas públicas do Distrito Federal.

Parabenizo-a, Deputada, pela iniciativa de trazer a discussão de um assunto que, por mais lógico que pareça, as pessoas conseguem complicar, como a situação dos taxistas. Sabemos que se alguém for proprietário de uma residência e alugá-la sem nenhum documento, depois de cinco anos que o inquilino lá estiver morando, ele pode requerer o usucapião, ganhar essa concessão e ter todos os direitos hereditários para seus descendentes; essas pessoas têm direito. O proprietário desse imóvel que foi adquirido através do usucapião tem direito a transferir para os seus descendentes – se ele chegar a falecer – para a mãe, para a mulher, para os filhos, de acordo com a legislação. E uma das grandes questões que se coloca para os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

taxistas é que ele tem que morrer de trabalhar em cima de um táxi e, se ele morrer, ele não tem direito de deixar como herança para os seus filhos, para a sua mulher, para a sua estrutura familiar o resultado do fruto do seu trabalho. É uma coisa paradoxal, discrepante, porque em todas as outras atividades existe esse direito adquirido pelo trabalho, mas para o taxista não prevalecem.

Esse problema da transferência é um absurdo. Eu acho que se não fosse feito por procedimento legal, teria que ser por uma decisão judicial num tribunal. Eu acho que em qualquer tribunal, com um bom advogado, consegue-se o direito desse reconhecimento. Ninguém vai negar o direito de transferência do resultado de um trabalho. Eu acho que isso é um dos pontos importantes. E nada mais inquietante, porque nós sabemos que é cultural – e no Brasil é mais forte que em qualquer outra civilização de outro país – que nós trabalhamos geralmente pensando no bem-estar da nossa família. Nós temos culturalmente esse aspecto. Eu vou trabalhar, eu quero deixar a minha família bem se chegar a acontecer alguma coisa. É sempre um sonho nosso dizer: “Se eu chegar a falecer, a minha família, os meus filhos vão ficar tranquilos”. Infelizmente na categoria de taxista, isso é uma grande celeuma. Ninguém entende porque isso acontece e porque geralmente o legislador gosta de fazer uma curva em cima de uma coisa que é lógica, que acontece com todo mundo.

O segundo aspecto diz respeito ao problema que ele explicou aqui: antes de 1988, das autorizações, e depois da Carta de 1998, da qual eu fui o diretor responsável. Eu trabalhei diretamente com o Dr. Ulysses Guimarães. Fui o diretor responsável pelas divulgações da Assembleia Nacional Constituinte. Na época, tínhamos saído de um processo ditatorial, e havia aquela ânsia toda de que todos os direitos fossem ampliados. Em muitas coisas nós pecamos. Nós tivemos um trabalho de receber sugestões da população. Depois fizemos 24 subcomissões. Depois 8 comissões temáticas. Depois uma comissão de sistematização, projeto a, b, c e d para sair a Constituição. Mesmo assim, saiu com várias distorções.

Imaginem que diferença existe nas concessões das TVs e rádios para os taxistas? Será que se exige da *Globo*, do *SBT* ou de qualquer concessão de rádio um processo licitatório? São concessões renovadas de 10 em 10 anos, mas são concessões em que não se exige esse procedimento licitatório, porque está exatamente envolvido em uma área de comunicação e de transporte, que é o caso específico dos taxistas.

Então, há uma discrepância nesse entendimento do que é permissão e do que é concessão. É uma distorção muito grande. O que se aplica aos taxistas não se aplica às demais categorias. Esse é um grande erro que a Constituição, pela legislação e através dessa regulamentação local, poderia corrigir, como eu acho que os sindicatos, se se organizarem através de uma petição bem feita em um tribunal superior desse pode dizer: “Olha, vocês não querem fazer isso, mas os taxistas têm esse direito”. Pode haver uma decisão judicial em condições terminativas impondo exatamente isso. Se a legislação está falha, os tribunais superiores estão aí para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

fazer essa correção. Não pode haver dois tratamentos. A explicação da comunicação, o que envolve interesse público, é uma coisa. O público paga pelo serviço público. Outra coisa, não! Quem paga o serviço de taxista é o usuário. Essa confusão entre permissão e concessão também serviu para o mal, para prejudicar o taxista, a exemplo da transferência de direito hereditário. Então, há necessidade de se fazer essa correção.

Outro aspecto importante é que nós temos que aproveitar essa regulamentação que estabeleceu a Lei nº 12.405, que remete isso para a legislação local, o projeto de iniciativa do Poder Executivo a ser votado. Não pode ser de iniciativa do Poder Legislativo porque senão nós criamos vício de origem, querendo legislar sobre uma coisa que uma lei manda que seja regulamentada pelo Executivo local. Nós temos que aproveitar essa situação. Talvez fosse uma coisa importante, até para dar o gancho para se fazerem essas correções: que nesse projeto se fizessem essas correções, mesmo algumas em confronto com a própria legislação federal de maneira que pudéssemos provocar, em nível de tribunal, uma decisão em que houvesse essas correções, porque não pode haver dois pesos e duas medidas. Não se pode, simplesmente, para os taxistas, ferir todo o direito de herança. Não se pode, junto com isso, ferir o direito do trabalho, da herança construída por meio do suor do próprio taxista.

Então, o que eu sugiro é que nós, Deputados Distritais, façamos esse tipo de procedimento, essas correções, que deem condições aos órgãos sindicais e organizados dos taxistas – e, diga-se de passagem, o enfrentamento todo sempre partiu de vocês daqui de Brasília, e é de Brasília que se disciplina o restante, e muitas vezes eu peguei táxi em Natal, e o pessoal de Natal sempre elogiou a atuação do sindicato daqui, por ser inovador, por fazer esse enfrentamento, por estar mais próximo, por questionar os Parlamentares. Que se façam essas correções necessárias.

Não se pode tratar iguais de maneira desigual, que é o que está sendo feito. A interpretação de dar, de distorcer o conceito de permissão e concessão, previsto na Constituição, tem que ser corrigida. Ou se faça a correção por meio da regulamentação local, dando o gancho para que se recorra ao procedimento de tribunais superiores para que nós possamos aproveitar a oportunidade desse projeto que está tramitando na Casa de, junto com vocês que vieram aqui a esta Comissão Geral, construirmos uma solução para que se faça a correção que é necessária.

Portanto, eu quero parabenizar a V.Exa., Deputada Celina Leão, por trazer esse assunto aqui em comissão geral na Câmara Legislativa. Vim aqui para dar o meu testemunho, para dizer: podem contar comigo. Podem contar comigo nesse aspecto, tanto aqui dentro da legislação local quanto na federal. Tenho um irmão que é Deputado Federal, passei minha vida toda ali dentro daquele Congresso e sei como as construções de legislação são feitas, mas – para concluir – existe sempre uma moeda de troca política. Muita gente aproveita o mandato de parlamentar para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

criar dificuldades exatamente para, depois, colocar os taxistas para um lado e para o outro. Os taxistas sempre ficam pendentes, sempre de pires na mão, sempre subjugados a um procedimento político que não deve ser o adequado.

Portanto, quero parabenizar a V.Exa. pela iniciativa desta comissão geral e dizer que o que sair de resultado desta comissão pode trazer que eu assino embaixo. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia.

As palavras do Deputado Agaciel Maia, a vivência de V.Exa. na construção das legislações, na construção da Constituição Federal só vão nos ajudar. S.Exa. conhece profundamente não só o Legislativo nacional, mas também o Judiciário nacional, e a força do Deputado Agaciel Maia aqui conosco só vai, cada vez mais, melhorar o trabalho que já está em curso. Muito obrigada, Deputado Agaciel Maia.

Eu queria passar a palavra, neste momento, para os participantes desta Comissão Geral. Pelo Regimento, todas as pessoas que estão inscritas têm três minutos. Temos sete inscritos. Quando o tempo acaba, o som do microfone é cortado. Então, pedimos que vocês controlem o tempo, mais ou menos, no relógio. Se precisarem de um tempinho a mais aqui, a gente... O tempo está marcado no relógio acima. Lembro que ainda temos que ver com o subsecretário a forma em que ficou o projeto.

Registro as seguintes presenças: Sra. Radson Oliveira, Diretor da Unitaxi; Sr. Leopoldo Ferreira, Presidente da Coopertaxi; Sr. Antônio Marcos, Presidente do Conselho Fiscal da Unitaxi; Sr. Elias Rodrigues, Diretor da AST/DF.

Vou passar a palavra ao primeiro inscrito, que é o Sr. Sidney Fleury, Diretor do Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal.

SR. SIDNEY FLEURY – Boa tarde, Deputada Celina Leão, componentes da Mesa, companheiros taxistas e autoridades presentes.

A gente agradece esta oportunidade e inicia dizendo que esse clima de expectativa que é colocado na categoria – no meu caso, há treze anos... Tem gente que chama a gente de locatário. Os taxistas mesmo são chamados de permissionários, mas os que estão aí, dirigindo na pista – estou no asfalto, estou na pista –, são os locatários.

Então, esse clima de expectativa que é colocado para a gente sair dessa condição... No meu caso, já são treze anos e, nesses treze anos, a gente conheceu muita gente dentro da categoria que tem muito mais tempo de espera por essa tão aguardada permissão. A gente acaba ficando que nem papel na ventania, de sindicato para um lado, de central de rádio táxi para outro, de associação para outro, e o Governo acaba não se achegando a nós. Pergunto até para o Diretor Ronaldo, Subsecretário, de que adianta a gente se recadastrar de dois em dois anos, se não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

chega uma correspondência para nós, a fim de sermos consultados a respeito dos rumos que estão sendo tomados?

A gente tem ouvido falar dessa transição de permissão para autorização, e acredito que há muitos aqui que, com o objetivo de conseguir a tão sonhada corrida para o aeroporto, nem pega um papel ou acessa uma Wikipédia, um Google, para saber se há alguma informação: "Poxa, vai mudar de autorização para permissão, de permissão para autorização, e o que isso vai implicar para mim?"

O que a gente quer provocar, em um primeiro momento, e eu declaro aqui para todos que é em defesa da permissão, que é o que está aí, funcionando, seja com viúva, seja sem viúva... No meu caso, eu não gostaria que minha viúva herdasse permissão de táxi, não, porque, para mim, tem sido muito sacrificante. Todo mundo aí que trabalha sabe como é. Eu queria que ela tivesse oportunidade, através do meu serviço, de fazer uma faculdade e conseguir uma coisa melhor.

A gente quer provocar esse esclarecimento sobre o que é isso e quais as vantagens primeiramente para nós, que estamos no setor operacional da coisa. A gente, que atende os passageiros, que os transporta. Como o Nascimento falou, a gente que se comunica também. Queremos saber o que essa mudança vai implicar para nós, que estamos trabalhando. E, lógico, o objetivo é provocar também, como se fosse uma filtragem... porque eu mesmo, na situação de locatário, hoje, pago um valor x para o meu permissionário usar talvez só para colocar gasolina no carro dele ou tomar sorvete no final de semana, não sei. Não sei o que ele faz. Mas é uma situação injusta. Não digo nem que é uma exploração, como um dos Deputados falou aqui. Digo que é uma escravidão. Entendeu?

A quantas festas de final de ano fui impedido de ir porque tinha que bater meta de pagar... Uma coisa certa que houve agora foi sermos levados a nos registrar na previdência. Achei uma coisa muito boa. Então, é assim: a gente quer provocar esse ajustamento também.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Sidney.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Marques Alves, representante da Unitaxi.

SR. ANTÔNIO MARQUES ALVES LOPES – Boa tarde, Srs. Deputados e Secretário de Transportes do Governo, Sr. José Ronaldo. Penso diferente do meu amigo que acabou de sair daqui. Sou a favor das autorizações. Acho que é um sorvete muito caro o que ele está pagando ao permissionário dele, porque é muito alto o que a gente paga hoje ao motorista auxiliar. O que a gente paga para os permissionários, hoje, para trabalharem, é um valor muito alto.

Acho que todos os motoristas, hoje, ou 90% dos motoristas de taxi, em Brasília, pagam aluguel. O que queremos hoje é uma autorização para podermos trabalhar sem depender de pagar aluguel para permissionário, para podermos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

comprar o nosso carro com o desconto que todo permissionário tem. Então, precisamos muito disso, gente.

Nunca tivemos um apoio do Governo como estamos tendo agora. Nunca tivemos tanto apoio dos Deputados como estamos tendo agora. Então, temos que aproveitar, unir a categoria, deixar as vaidades de lado e caminhar juntos, para que interesses diversos desmontem tudo. Senão não sai do papel, gente! Há quanto tempo estamos lutando por isso aqui? O que queremos é autorização ou permissão. Não interessa. Queremos é poder trabalhar, parar com a exploração. E, para isso, precisamos de quê? União.

A união dos taxistas do Distrito Federal já deu o primeiro passo: a nossa cooperativa de táxi uniu os motoristas e já deu um exemplo para a categoria. Vamos continuar assim, esquecer as vaidades de cada um e seguir um projeto só. Já está quase tudo pronto. Nós queremos o quê? Que sejamos contemplados com a autorização, para podermos trabalhar, para deixarmos de pagar permissionários.

Há permissionários que têm vinte, trinta permissões. Vocês sabem disso. Existe permissionário que tem cinquenta permissões. Eles não querem mudança. O que estão propondo para nós, aqui, são mudanças que considero benéficas. Quantos Deputados fizerem diversas emendas? As que eu vi foram só em benefício da categoria.

Então, temos que aproveitar isso, em união. Unir sempre, para que sejamos contemplados com as nossas permissões ou autorizações. O nome não importa, o que importa é o final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigado, Antônio.

Passo a palavra ao Sr. Elias Rodrigues de Sousa, Presidente da Associação G-63.

SR. ELIAS RODRIGUES DE SOUSA NETO – Boa tarde, gente; boa tarde, senhores taxistas. Obrigado, Deputada Celina Leão, por mais esta oportunidade.

Vou ser breve e objetivo. O Deputado Robério Negreiros falou há pouco sobre trabalharmos finais de semana e termos que contribuir ou pagar a diária. Eu gostaria de esclarecer que não é só isso, não. Hoje há muita entidade brigando para baixar de 44 horas semanais trabalhadas para quarenta. Trabalhamos em média, na semana, 112 horas. Trabalhamos 68 horas extras por semana. Nós não trabalhamos oito horas diárias. Cada dia trabalhado são dois dias. São 365 dias extras de trabalho.

A exploração está tamanha, está tão grande... E o pessoal ainda fala assim: "Ah, mas vocês trabalham porque querem. Não são obrigados." Quero ver o cara pagar cento e vinte reais de diária, descansar depois de oito horas levar alguma coisa para casa! Aí, chega o dia de mudar, porque eu também gostaria de saber, Sr. Jean Carlos. Depois de 1988, o que temos hoje? Será mesmo que hoje temos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

permissão? Nós não temos nada! E se licitar hoje, Sr. Jean Carlos, você que tem quarenta anos de idade, vai brigar com o Brasil todo, você acha que vai ganhar de quem? Você deve falar muito bem duas línguas, você deve ter nível superior, deve ter muito dinheiro, um carro de R\$ 120 mil, porque isso tudo vai ser cobrado. Aí nós passamos de permissão para autorização para dar direito àquela viúva de herdar, para dar àquele cara que comprou uma permissão e não tem como transferir, de pegar para si próprio, e organizar a praça. Eu não sei qual é a dúvida da categoria de fazer isso tudo, porque nós não temos nada. Na verdade, não temos nada, nada, nada! A autorização nada mais é do que colocar em pratos limpos o que temos oficialmente.

Outro dia discuti com o Sr. Léo, que falava: “Vamos botar 50% para o permissionário trabalhar.” Se eu botar o permissionário para trabalhar 50% conforme a Lei nº 4.056, temos 2.600 carros comprados diretamente, quer dizer, não é o permissionário que está rodando. Então, eu vou atrapalhar o motorista auxiliar, não vou atrapalhar o permissionário. Eu não posso ser contra isso porque é um comércio. As pessoas não trabalham assim. Nós precisamos organizar de verdade a categoria. Nós fizemos um trabalho conjunto, fizemos várias audiências com cooperativas, com empresas de táxis, com Águas Claras, com Unitaxi, nós temos todos os representantes. Um ou outro falta, de verdade.

Eu tenho certeza absoluta de que esta é a última audiência. Não temos mais necessidade de tocar neste assunto. Não precisamos de Câmara Federal para decidir por Brasília, não, nós somos autossuficiente. O Deputado Agaciel Maia falou claramente há pouco que somos autossuficientes, nós somos de verdade, nós conseguimos organizar, discutimos, brigamos, quase saímos aos tapas, mas vou dizer uma coisa séria: nunca se falou uma língua só como falamos hoje. Nós hoje temos 646 novas permissões para licitar. Se licitarmos essas 646 permissões, vamos disputar com o Brasil todo. Se licitar 646, quem transferiu de 1989 para cá vai ter de entrar na disputa também, porque ele não é o pioneiro da categoria. Então, quer dizer, ele não tem nada. Ele comprou com contrato de gaveta, apesar de o governo ter transferido. Na verdade, é um direito adquirido que não existe. Por isso o Ministério Público vem batendo, vem reclamando, vem esbravejando e pedindo para licitar tudo. Na verdade, hoje a autorização é para organizar a praça, é para dar o direito à viúva de herdar, é para dar direito para quem comprou, é para dar o direito de somente os taxistas auxiliares participarem da licitação em vez de disputar com o Brasil todo. É isso. Nós estamos prontos, só estamos aguardando que os Deputados desta Casa realmente façam o trabalho que deve ser feito. É isso o que cobramos dos Deputados, o trabalho que vocês já fizeram.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigado, Sr. Elias, que está sempre conosco, sempre presente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Vieira, da Cooperativa de Táxi Unitaxi.

SR. LUIZ CARLOS VIEIRA – Quero dar boa tarde a todos, aos Deputados, em especial à Deputada Celina Leão, a quem agradeço o empenho pela classe.

Em primeiro lugar, não sou contra a autorização. Eu sou a favor, e se os 24 Deputados desta Casa quiserem fazer uma coisa boa para classe, que zerem a situação das permissões. Por que estou tocando neste assunto? Porque se licitarmos 649 permissões, em questão de autorizações, aí atrás há pessoas levando suas vantagens, cada um deles tendo cinquenta, setenta, cem permissões, em nome de outras pessoas, feito contrato no cartório. Então, calculo eu que, se zerar, vão entrar mais de mil permissões para quem está na praça.

Então, a questão minha é que eu não sou contra autorização. Eu sou contra a situação que nós vemos aí na praça. A gente que trabalha lá embaixo, que trabalha no dia a dia, vê isto: pessoas aí que são donas de cinquenta, setenta, cem permissões e não está no nome delas direto porque não podem transferir. É contrato de cartório. Então, o Ministério Público deveria também olhar isso. E aos 24 Deputados a denúncia que eu venho fazer hoje aqui é essa. Não sou contra autorização, e sim contra essa situação. Se zerar, eu sou a favor de autorização, licitação, o que for.

Muito obrigado. Era isso o que tinha para falar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Luiz.

Concedo a palavra ao Sr. José Araújo, Presidente da Associação dos Taxistas do Distrito Federal.

SR. JOSÉ ARAÚJO – Boa tarde a todos os companheiros taxistas, aos senhores Deputados, ao nosso amigo Subsecretário de Transporte, Dr. José Ronaldo, quem eu considero um amigo da gente, como já foi dito aqui pelo Nascimento e por outros mais. Dentro do governo, nós temos o Ronaldo como nosso companheiro. Tem nos dado ouvido e tem nos dado respostas que têm nos agradado.

Eu quero trazer nesta tarde ao conhecimento de todos que esse projeto, como disse o Sr. Geocarlos, não caiu aqui de última hora. Esse é um projeto que há mais de ano já está aí engavetado. Então, já passou da hora de ser colocado em prática e parmos de discutir isso, até porque já debatemos isso várias vezes. Nós tivemos só no mês de abril duas audiências públicas. De lá para cá, nós já tivemos mais umas dez ou vinte reuniões com Deputados, na Secretaria de Transporte, entre nós de associações, de sindicatos.

Então, eu acho que já passou da hora de resolvermos isso, até porque a questão de autorização resolve o problema da categoria. Os dois maiores pensamentos, os dois maiores desejos da categoria se chamam transferência e as novas autorizações. Esses são os dois desejos. Quem é permissionário deseja que haja transferência. Quem ainda não é deseja que as novas venham a cair em suas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

mãos. Então, através da autorização isso é resolvido. Por que nós temos que ficar debatendo: “Ah, porque é mais frágil, porque isso ou aquilo outro.” Quem é dono de permissão hoje? Ninguém é dono de permissão. Está aí o Ministério Público mandando licitar 70% das permissões que não estão mais com os titulares. Então, vamos acabar com essa estória.

Eu quero deixar claro também outra situação. Se o permissionário, quando morre, fica complicada a situação, senhores Deputados, senhores que estão aqui que fazem parte do governo, imaginem como é a situação do auxiliar quando ele morre! Como fica a situação da família daquele motorista auxiliar que trabalha 18 horas por dia? Se você sai de casa às 4h da manhã e você volta para casa 10h, 11h da noite, pode somar, que dá mais ou menos isso aí. Eu trabalhei 4 anos direto dormindo dentro do carro para poder pagar o aluguel do carro. Hoje, graças a Deus, eu trabalho um pouco menos, pois consegui comprar um carro, mas ainda pago o aluguel da permissão. Que não seja o meu caso, mas há muitos casos aí em que o motorista auxiliar, quando precisa comprar um carro novo – ele paga aluguel só da permissão e precisa comprar um carro novo –, ele chega até o permissionário e pede para comprar um carro novo, o permissionário fala o seguinte: olha, você me dá 10 mil reais ou 15 mil reais que eu tiro o carro novo para você. O que é isso? Isso é escravidão? É exploração? É humilhação? O que é isso? Ou eu dou os 10 mil reais ou os 15 mil reais para o dono da permissão, ou então ele toma o carro e dá a outro camarada que vai dar os 10 mil reais a ele. Por que aparece alguém para dar os 10 mil reais a ele? Porque tem essa exploração todinha e tem sempre alguém achando que pode dar certo, mas depois que ele entra começa a se afundar na lama do mesmo jeito. Quando ele termina de pagar o carro que comprou financiado, já vem cinco anos. E para ele trocar de carro? Ele tirou o carro financiado em quatro anos, e aí ele já tem de dar mais 10 mil reais ou 15 mil reais para tirar outro carro, para trabalhar mais quatro ou cinco anos pagando aquele carro financiado, e ele vai viver de quê? O que é que fica de saldo para ele? Nada.

Portanto, nós precisamos das novas autorizações para aqueles que trabalham. Quem trabalha? Quem é taxista? É aquele que trabalha! Não existe profissional sem exercer a profissão. Quem é taxista? Sou eu que trabalho, não é o permissionário que está na casa dele. Eu sou o taxista porque eu é que exerço a função.

Agradeço a oportunidade e peço perdão pelo tempo que excedi. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada.

Queria registrar aqui a presença do Secretário Willemann, que se faz presente; do Delegado de Polícia, Mauro César, que acabou de chegar, um querido amigo nosso.

Passo a palavra agora ao Sr. Presidente da Cooperativa da Táxi Coobras, Leopoldo Rodrigues.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

SR. LEOPOLDO RODRIGUES – Bom, gente, agradeço aqui a oportunidade aos companheiros, sejam permissionários, autorizatários, motoristas, ou locatários, como quer que seja.

Cumprimento a Deputada Celina Leão e, em seu nome, toda a Mesa; o representante do governo, Ronaldo Persiano. Tentarei ser sucinto naquilo que eu pretendo falar.

Senhores, como se aqui fosse um barco, estamos todos no mesmo barco. É difícil, Deputada, você sentar ali, como permissionário que sou, estando na praça desde 1992, ouvir aqui, na Câmara Legislativa, os permissionários de táxis do Distrito Federal, 3.300 que compõem, que desde a época da vemaguete, da DKW, da Aero Willys, desde a época em que muitas vezes não se tinha dinheiro para se colocar combustível no carro devido à defasagem de tarifa e o número excessivo de taxis no Distrito Federal, tínhamos de deixar os táxis debaixo dos blocos e ir para casa de ônibus, porque não conseguíamos dinheiro para fazer esse trajeto, serem nesse momento de discussão colocados como o vilão da história, não é verdade?

Estou aqui ouvindo falar e eu debato muito isto. Somos explorados, somos escravizados. E, agora, o meu amigo Araújo disse até que existe extorsão. Quem está extorquindo quem? Se alguém me extorquir, eu vou até o Ronaldo e digo: olha, esse permissionário aqui me cobrou 15 mil reais para tirar o carro. A permissão dele é "x x y".

Não se pode fazer ilação, jogar agora todos os permissionários na lama como se existissem na categoria permissionários bandidos, segundo os operadores, vítimas. Não é assim! Existem distorções? Existem. Mas existem permissionários que adquiriram esse direito legalmente comprando a sua permissão, à época, com o consentimento do governo e transferindo-a para o seu nome, como muito bem sintetizou aqui o Deputado Olair Francisco. Porque ele foi feirante, ele era camelô, ele conseguiu a sua banca na feira, e ele sabe. Ele sintetizou isso na história do pobre Juscelino que vendeu a sua casa para ser um profissional.

Caros Deputados, estamos aqui para... Como bem disse o Deputado Joe Valle, a lei tem de vir para melhorar, ampliar e garantir direitos. Ela não pode vir para prejudicar, nem permissionários, nem segundos operadores.

Qual a melhor forma de ajudarmos, e a lei ser benéfica aos segundos operadores? Dar a ele, em caso de licitação, a participação justa; dar a ele a pontuação de tempo de taxista; garantir a ele o acesso a sua permissão, à autorização, como queiram chamar; garantir ao permissionário que comprou a permissão o seu direito de transferi-la para o seu nome, ter isso legalizado sem subterfúgios, sem rodeios. Ele precisa ter isso em seu nome. A lei é para isso que estamos aqui.

Estabelecer tempo, senhores, para que o taxista possa trabalhar. Estabelecer horas é um absurdo! Vai na contramão do livre direito de trabalho. Imagine,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Deputada, estamos aqui falando que uma diária de R\$120,00, com o livre horário de trabalho, é difícil pagar. Olha a incongruência. Agora eu quero colocá-la para 50%! Ora, se com 24 horas por dia eu estou com dificuldade de pagar, reduz para 50% o meu trabalho, e aí? Imagina como é que vai ser, Sra. Deputada, a pessoa estar com seu táxi e aí demarcam o horário. Demarcam que ele vai trabalhar 30%, o dia tem 24 horas, logo são 8 horas que o permissionário teria que laborar. Então, ele demarca ali que eu vou pegar o meu táxi de dez e meia às seis e meia. Imagine, Deputada, agora a pessoa está na lá fila, e eu chego: "Me dá o meu táxi aqui". E vou embora, vou trabalhar. E ele? Vai ficar na parada de ônibus? "6h30min da manhã, meu filho, você vem pegar o táxi aqui". A prática não é essa, Deputada. A prática é a seguinte: eu tenho um motorista que trabalha comigo, ele não ganha menos de 3 mil reais por mês, paga-me muito menos do que isso, está satisfeitíssimo. Ele cuida da sua família, vai embora todos os dias para casa de carro seminovo, fica sábado e me traz... E é essa a realidade. Se alguém está sendo explorado, se alguém está sendo escravizado, vá ao Ronaldo Persiano, vá à Deputada e diga: "Esse está me escravizando". Mas eu não me coloco na condição de escravizador, de explorador, coloco-me na condição de alguém que gera trabalho. Ele cuida da família dele, repartimos essa responsabilidade de servir o povo do Distrito Federal.

Por último, sei que esgotei meu tempo, eu gostaria que fosse olhada também essa nossa condição de permissionário. Eu quero dizer que a Coobras é hoje a maior cooperativa de táxi do Distrito Federal. Tem entre primeiros e segundos operadores, que são os cooperados e não cooperados, mais de 300 motoristas, mais de 40 funcionários transportando mais de 3 mil pessoas por dia. E a gente trabalha como locatário e como permissionário. Por isso, quero que seja olhado também para os permissionários como importantes nesse processo de discussão.

Com relação ao nosso representante do sindicato – o Sérgio ainda não falou, espero que ele tenha oportunidade –, eu quero dizer a ele que estamos juntos no mesmo barco, tanto dos primeiros e segundos operadores quanto dos permissionários. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Leopoldo.

Concedo a palavra ao Sr. Adriandesson Sousa Castelo, Presidente da ONG Brasil Jovem. É o Castelo para quem não conhece. O seu nome é difícil de falar, mas eu o conheço demais. É o Castelo, um grande jovem, batalhador. Ele tem um trabalho muito importante na UGT – União Geral dos Trabalhadores do Distrito Federal. Seja bem-vindo, Castelo.

SR. ADRIANDESSON SOUSA CASTELO – Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Celina Leão e todos aqui. Eu não sou taxista, mas tenho um cunhado que é. Sei as necessidades que vocês enfrentam, porque ele sempre está comentando. Eu gostaria que fosse gravado nos Anais da Casa esse apelo. Ele, taxista, conhecido como Taqueiro, o Alexandre, vocês devem conhecer o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Alexandre da praça do Hotel Nacional, reivindica, Deputada, que haja, nesse projeto de lei, nos pontos de táxi, um banheiro, um telefone, que é necessário, que haja condições de trabalho. Porque há muitos pontos de táxi que, infelizmente, dizem ser pontos de táxi, mas em que não há nenhuma infraestrutura para o taxista. Então eu venho aqui em nome dele, com o apelo que ele me fez, ao estar nessa Casa, para poder compartilhá-lo: que haja também incentivo do Governo do Distrito Federal aos taxistas, inclusive com a redução, se possível, é claro, da taxa de combustível, porque eu acho que a taxa de combustível é o que acaba sendo mais caro para os companheiros que estão aí nas suas rotinas de trabalho e que, muitas vezes, atendem a necessidade, inclusive, dessa Casa.

Essas são as minhas palavras. Eu gostaria de dizer que a ONG Brasil Jovem, está aqui para dar todo apoio, na minha pessoa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Araújo, Presidente da AST-DF.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ele já falou? Então concedo a palavra ao Maurinho. O Mauro é delegado, é um grande amigo, um grande colega, um batalhador que conhece muito a questão dos taxistas. É a polícia do lado dos taxistas. Olha que coisa mais positiva!

SR. MAURO CÉSAR – Eu agradeço imensamente e gostaria de cumprimentar a estimada amiga Deputada Celina Leão, que está fazendo um excepcional trabalho aqui no Poder Legislativo, digno de orgulho para toda a população de Brasília. Gostaria de cumprimentar também o meu amigo de longa data, Ronaldo, da época em que eu era delegado na 11ª, anos 90. O Ronaldo também, gente, é uma excepcional pessoa, fez um brilhante trabalho com o nosso saudoso – que já foi estudar a geologia dos campos santos – Deputado Cauhy, uma pessoa extraordinária. Aos representantes do sindicato dos taxistas, o respeito, a consideração; também à imprensa que está ali, viu, meu amigo Augusto? E a todos os colegas, em especial, aos taxistas, Deputada Celina.

Como o jovem que me antecedeu, meu padrinho foi taxista, eu tenho seis primos taxistas e, na condição de delegado de política, Deputada Celina, eu vejo o tanto que essa categoria honrada é vítima da violência urbana e o quanto é uma categoria para a qual você, Ronaldo – eu acho que é um momento ímpar –, embora você seja um homem de muitas missões, tem que olhar de forma especial.

Quando eu tomei conhecimento desse procedimento no sentido de ampliar... Acho que a gente analisa os aspectos técnicos, a legislação sobre a licitação, mas não podemos desconsiderar a dignidade de um taxista. E a dignidade de um taxista passa, necessariamente, por aqueles anos em que ele se dedicou como locatário de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

uma permissão, passa por uma atenção junto a esse profissional que está na praça. Nós sabemos que os procedimentos têm que ter todo o arcabouço da legalidade para não sofrerem nenhum procedimento junto ao Ministério Público. Mas eu tenho plena convicção de que a Deputada Celina, os demais Parlamentares jamais vão deixar – e o Ronaldo também, obviamente, como sindicato –, o governo colocar um procedimento que venha ampliar as concessões ou as permissões em que não sejam levados em consideração anos e mais anos em que os colegas estão operando na praça. Porque, Deputada Celina, eu vejo que seria um procedimento indigno com essa categoria honrada. Seria uma injustiça, e eu espero que, se Deus quiser, o Agnelo ouça a Casa Legislativa, a Deputada Celina Leão, as pessoas que estão imbuídas de fazer justiça com os colegas taxistas.

Agradeço a oportunidade, Deputada Celina Leão. Eu estava falando hoje com um colega sobre a sua atuação aqui. Esses honrados homens e mulheres que estão trabalhando na nossa praça são dignos, realmente, da maior atenção, do maior carinho, do maior cuidado.

Que Deus abençoe a senhora e toda sua equipe. Um fraterno abraço aos colegas do sindicato. Eu tive a honra e o prazer de ser presidente dos delegados de polícia. Eu sei que é uma luta, Sérgio, mas é uma luta em que maior glória de um sindicalista é ver o benefício chegar lá na ponta para os colegas taxistas – no meu caso, para os delegados de polícia e os policiais.

Que Deus ilumine e abençoe a todos os amigos e irmãos taxistas. Uma fraterna e boa tarde a todos, gente. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Maurinho, muito obrigada.

Vou passar a palavra agora ao Sérgio, que neste ato aqui representa a Presidente do Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal. Por último vamos ouvir aqui o Ronaldo.

SR. SÉRGIO AURELIANO E SILVA – Boa tarde a todos. Todos me conhecem. Entrei na praça em 1992, e meu pai foi taxista por muitos anos, morreu taxista. Eu entrei para o táxi em 1992 e de lá para cá eu tive muitas alegrias de ser taxista, de ter trabalhado na praça.

Com o que fico vendo aqui a gente até fica triste o. Eu defendo essa categoria no sindicato faz onze anos, entrei no sindicato em 2001. Ele tinha um ano de desmandos, e a gente vem trabalhando para esta categoria, tentando resolver os problemas da categoria. Fico vendo as pessoas falarem que o sindicato barrou a licitação. Gente, a licitação passada tinha uma série de coisas onerosas. O motorista que não era taxista tinha mais ponto que o taxista. Tinha um curso de inglês; hoje – vocês sabem disso –, da categoria 99% não falam inglês. Como é que vai vir uma licitação para beneficiar o motorista auxiliar se em um item eu vou tirar 99% da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

categoria dessa licitação? O sindicato foi em cima, viu os defeitos e resolveu, foi na Justiça e ganhou, cancelando essa licitação.

As pessoas ficam falando: “Eu estou sendo explorada!” Explorada, gente? Como é ser explorado? Eu trabalhei doze anos de motorista auxiliar, paguei as minhas diárias e nunca falei mal do meu permissionário; pelo contrário, agradei a ele todos os dias porque ele me dava o carro dele para eu ganhar o pão para levar para a minha família. Trabalhei dia e noite, vendi algumas coisinhas, arrumei um dinheiro ali e comprei uma permissão, coloquei no meu nome, virei permissionário. Aí hoje eu sou inimigo do auxiliar, porque o auxiliar fala que está sendo explorado pelo permissionário! Eu não vejo essa exploração. Falam em diárias de 120 reais. Para o meu motorista, a diária é 70 reais, gente. Ele está na Coobras. Vê se ele reclama um dia. E o meu é um carro zero, de dois em dois anos eu troco. Eu tinha o meu carro. Todo mundo sabe que o motorista bateu o meu carro, capotou o carro. Sabe o que ele fez? Nem entregar a chave na minha mão ele entregou! Simplesmente foi para outro carro, está lá com outro permissionário, e eu arqueei com o prejuízo todinho! Então, falar que o permissionário está explorando – não vamos nessa linha, gente. Nós temos que ir numa linha de que o sindicato está aqui para ajudar vocês.

Quanto a essa lei, a gente tem que construir uma lei para beneficiar o permissionário, porque hoje você é um auxiliar, amanhã você vai ser um permissionário, pois você trabalha para isso, gente! Se você for um permissionário e nós criarmos uma lei para beneficiar os direitos dos permissionários... Aí vocês hoje querem acabar com os direitos – falando que o cara tem que trabalhar 50%, que nós somos exploradores. No dia em que vocês passarem a ser permissionários, vocês vão ser exploradores também? Então, não vamos falar nessa linha, gente, pelo amor de Deus! Vamos ter consciência!

Vocês querem permissão, querem que saia a licitação. Eu estou vendo aqui uma disparidade. Nós temos hoje 3.400 permissões, existem 1.600 motoristas auxiliares, e vocês estão falando que os permissionários não trabalham. Como é que os permissionários não trabalham, meu Deus do céu? Os permissionários estão fazendo o que na rua? Mas hoje nós temos realmente uma categoria que está com uma idade avançada. Quando chegam as 6h, nesse trânsito de Brasília, infelizmente o cidadão que está com 60, 70 anos não dá conta de ir além. Mas ele tem o taxi dele há trinta anos trabalhando na praça, atendendo a categoria, atendendo os passageiros. Então ele vai para casa descansar.

Quer dizer, nós temos que lutar é para sair. Eu estou vendo aqui que são 1.600 auxiliares. Estão tentando fazer uma licitação de seiscentas permissões, gente! Vocês vão ficar – a maioria de vocês – sendo auxiliares. Então, não vamos xingar o permissionário, dizer que ele é um explorador, não, pelo amor de Deus! Se o permissionário de vocês vê isso, amanhã mesmo ele só faz: “Gente, então, por favor, você deixa o meu carro, que não vou mais ser seu dono, não, seu tutor, não. Eu não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

quero que você seja meu escravo, não! Eu quero que você trabalhe e leve o seu pão para sua casa porque é igual a agiota, o cara na hora de pegar o dinheiro é bom, mas na hora de pagar, o agiota não vale nada. Não vamos fazer isso, não, pelo amor de Deus! Esse é o nosso ganha-pão. Se a gente se unir, a gente consegue, mas sem a união a gente não consegue, se ficar falando mal do seu permissionário, amanhã você vai ser um permissionário e aí você vai ser o escravo também? Você vai ser, aliás, o dono do seu escravo. Você vai ter um escravo? Não vamos fazer isso, não, gente, pelo amor de Deus!

O Deputado Agaciel Maia falou, bem claro, vamos fazer uma lei que dê direito à transferência porque, hoje, a praça está nessa dificuldade por isto: porque o cara não tem condições. Nós transferimos permissões até 2009, e aí depois parou. Transfere as permissões, faz uma lei limpa, a lei federal está falando que é permitida a transferência a terceiros, porque nós não estamos transferindo a permissão, não, gente, é um direito adquirido. Ninguém está vendendo permissão do governo, não, simplesmente ele está cedendo o direito para o outro entrar no lugar dele, e aí é a coisa mais justa. Ele completou 70, 80 anos, e ele quer se aposentar, ele quer sair do ramo, ele tem que ter o direito de sair do ramo e botar outra pessoa para tocar o ramo. Porém, se a gente ficar brigando – “Ah, Deputado, eu estou sendo um escravo! Eu sou um escravo!” –, não vamos fazer isso, pelo amor de Deus, gente, porque aí nós não vamos fazer uma lei para beneficiar todos nós, não. Porque hoje vocês são auxiliares, mas amanhã, igual a mim que fui auxiliar, vocês podem ser permissionários, e aí vocês não podem vir numa sessão plenária e falar assim: “Agora eu tenho o meu escravo”. Então não vamos fazer isso, não, pelo amor de Deus!

Eu fico triste de ver vocês, que são pessoas sérias, trabalhando, agora dizerem que estão sendo escravos... Com isso eu realmente fico muito triste com a categoria. Estou no sindicato há 11 anos e venho lutando a cada dia para a gente conseguir melhorias para essa categoria, gente, mas o que vejo é só isto: o cara passou a pagar o aluguel, o permissionário já é um inimigo. Como que ele é um inimigo se ele está deixando você ganhar o seu pão de cada dia? Não vamos fazer isso, não, vamos lutar para melhorar. Eu peço a você, Celina, porque eu sei da seriedade que você tem, que nos ajude a fazer uma lei, uma lei que seja justa para todos. Mas não vamos usar a artimanha ou o artifício “porque eu sou um auxiliar e tenho que tomar permissão porque o meu permissionário não trabalha”.

Eu fiquei triste com o Araújo, de ele falar que paga 600 reais num aluguel por mês da permissão dele e falar que o permissionário dele não precisa... Como se fosse assim: “Ele não precisa disso, para quê?”. Rapaz, ele está pagando 600 reais de aluguel, divide isso por dia para ver quanto que dá essa diária. Ele está sendo explorado por esse permissionário, gente? Aí o outro fala: “O meu permissionário pega o dinheiro e vai tomar sorvete”, como é que é isso? Como é que é tomar sorvete? Ele comprou essa permissão, ele trabalhou para comprar essa permissão, e,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

gente, ele não ganhou ela de graça, não. Não tem uma permissão no Distrito Federal que foi dada de graça. De algumas, poucas, permissões de 79 nós ainda temos motoristas. Eu tenho vários diretores no sindicato que têm 30 anos de profissão e caras que compraram a permissão. Está aqui o nosso tesoureiro, o Eliseu, ele tem mais de 30 anos e ele comprou a permissão! Ele tem 33 anos trabalhando na praça, agora o pessoal vem dizer que ele está explorando um cara? Não, ele trabalhou e comprou a permissão.

Então, é nisso que a gente tem que tomar cuidado, Deputada, nessas vozes. Realmente, é preciso arrumar, é preciso, mas o que eu vejo é o seguinte: vai acabar a licitação, são 640 permissões, e ainda vão ficar 1200 auxiliares trabalhando de auxiliar, e dessas 600 permissões vão vir mais 600 auxiliares, porque, hoje, em Brasília ou em qualquer lugar no mundo, nenhum motorista de táxi consegue trabalhar 24 horas sozinho. Ele tem que ter um auxiliar para auxiliar o seu trabalho, mas é um auxiliar que seja amigo, senão eu tenho um auxiliar que me diz que ele é meu escravo! Pelo amor de Deus, não vamos fazer isso! Lideranças são lideranças, liderança tem que saber quando falar, como falar com as pessoas. Não vamos agredir.

Elias, pelo amor de Deus, o seu permissionário não é seu... Você não é escravo dele. Então...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. SÉRGIO AURELIANO E SILVA – Mas aí a gente não pode falar. Você está falando isso, mas amanhã ele pode falar: “Então, meu amigo, infelizmente, eu vou ter que dar a liberdade para você e vou desmatricular você porque eu não preciso de um escravo mais na minha frente. É com isso que eu fico triste. É o cara gritar que é escravo. Amanhã ele pode dar alforria, Elias, para você e você estará livre para procurar outra profissão.

São essas as minhas palavras.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Sérgio.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deixe-me colocar uma questão aqui. Nós sabemos que os pontos de vista aqui... É uma audiência pública. Todo mundo teve a oportunidade de colocar... Nós entendemos o sentimento e esperamos que cada um coloque no momento certo, todo mundo teve o momento de colocar. Sabe por quê? Porque senão vamos sair daqui sem ouvir o Ronaldo. A gente sabe que foi citado e tudo. Se tivéssemos com mais tempo tudo bem, mas já são 17h16 min. E vão ter coisas sobre o projeto que vocês vão querer falar. As diferenças vão existir, mas tem algo que é muito maior que é o projeto que pode vir para unificar as diferenças. Existe um sentimento de exploração? Existe. Existe outro sentimento de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

que não há exploração? Existe. Nós não vamos chegar a um consenso, sabe por quê? Porque sempre existem três verdades: a minha, a sua e a verdade. Entendeu.

Então, eu queria pedir a compreensão de todos. Eu passarei a palavra para vocês depois de novo. Mas vamos ouvir o Ronaldo. Porque daí vocês terão a oportunidade de falar alguma coisa sobre o projeto, de justificar alguma coisa em que foram citados. Mas, depois da fala do Ronaldo.

Eu queria registrar duas presenças. O Deputado Patrício me mandou uma mensagem porque ele fez algumas emendas comigo, em conjunto. Então, ele mandou a mensagem de que está junto, de que vocês poderão contar com ele de novo. A Deputada Eliana Pedrosa também me mandou uma mensagem. Ela esteve nas audiências junto com o Deputado Rôney Nemer me representando. Então, ela fala que está à disposição de vocês também.

Eu queria falar que a primeira lei, que foi a 4.056, de 2009, tratava como permissão. O art. 13 foi julgado inconstitucional. Isso a gente teve nesse momento, a transferência. Quando o PL nº 1.315 chegou à Câmara, a CAS fez mais de 30 emendas, com a participação inclusive de todos vocês. Eu acho que não tem ninguém que está aqui que não esteve com a gente lá na CAS para sugerir uma emenda, para colocar alguma coisa. O que aconteceu: o Governo propôs um substitutivo, até pelo número elevado de emendas, tanto nosso quanto da CAS, e por alguns erros que vieram no projeto. O projeto veio regulando profissão, e isso é inconstitucional.

Então o projeto foi retirado da Câmara. Porque a gente tem que fazer algo em que pelo menos a gente não incorra no risco novamente de ser tido como inconstitucional. Porque nós, a Câmara, entende que do dia que vocês estão aqui, vocês estão deixando de ganhar o dinheiro. Falta no orçamento de vocês. Então, quatro horas de vocês aqui parados faz falta no orçamento. Faz falta no orçamento de vocês. Estamos tentando fazer um projeto com a mínima possibilidade de ele ser tido como inconstitucional. O próprio Governo retirou o projeto.

Eu quero agradecer a presença do Ronaldo. A gente sabe as diferenças entre a permissão e a autorização. A gente sabe da lei federal que foi julgada inconstitucional também, que a Dilma vetou e disse que é competência do município. Se a competência é nossa, vamos legislar sobre isso. Essa é a nossa lacuna. Nós queremos tirar um projeto bom para todo mundo. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Persiano, que colocará a posição de como o projeto está hoje vindo para a Casa.

SR. RONALDO PERSIANO – Deputada Celina Leão, boa tarde. Eu queria lhe agradecer pelo convite, pela oportunidade de vir aqui debater. Destaco a sua posição, a pessoa que a senhora tem se mostrado e uma liderança muito grande valorizando esse mandato que lhe foi conferido. Então, parabéns.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Eu agradeço aos Deputados que aqui estiveram, aos membros da Mesa e à categoria que eu aprendi a respeitar – lógico que a gente tem que respeitar todas as pessoas. Mas, depois que me envolvi na Secretaria de Transporte nessa área de táxi, eu aprendi a respeitar ainda mais, exatamente por esses problemas que a senhora ouviu aqui deles próprios.

É um trabalho pesado, é um trabalho longo. E ainda – eu queria fazer só essa lembrança de início, para depois poder entrar no projeto – é um tipo de trabalho que eu sempre digo dentro do gabinete: é um trilho de trem pautado pelas duas linhas. Você pode estar fora, e aí se faz qualquer tipo de atitude. Agora, se quer vir para o Sistema Táxi, é preciso seguir todas as regras que temos lá dentro, e elas são muitas. A gente impõe demais: há 45 auditores fiscais tentando corrigir os problemas, vários itens são verificados. E quando se vai observar, o permissionário ou motorista teve de comprar o carro, dar manutenção, trocar o óleo, colocar gasolina, fazer tudo, pagar as multas, e o Estado ainda tem a mão muito forte em cima.

Então, por essas situações, eu aprendi a respeitar muito essa categoria. A gente tem participado com eles, muitos aqui nos procuram e temos conversado: os representantes, o pessoal do sindicato – Geocarlos, Mariazinha, Sérgio – e as associações. Temos debatido muito. A ideia do governo não é prejudicar ninguém.

Esse projeto, Deputada, surgiu como autorização – eu não estava na secretaria ainda – por pedido da própria categoria. O Geocarlos não concorda comigo, mas eu volto a repetir que alguns, ou muitos, representantes estiveram com o secretário e pediram a ele que fosse autorização. Então, veio para cá o projeto como autorização, não porque o governo queira tomar as permissões, não. Na verdade, permissão ou autorização, no nosso caso, tem basicamente o mesmo peso.

Até hoje – estou falando na minha gestão – não indicamos nenhuma permissão para extinção, mas caso venha a ser indicada para extinção, temos de cumprir um processo legal, com todo o direito de defesa desse permissionário. Para um permissionário perder uma permissão, é preciso que ele seja muito ruim, mas põe ruim nisso, muito, muito, muito ruim, e eles sabem do que eu estou falando. Eles têm consciência de que se deve agir muito mal para perder, e na mesma situação encontra-se a autorização.

Agora, por que mudar de permissão para autorização? O instituto permissão não dá folga, não permite essa situação que hoje ocorre no meio. Ou seja, temos permissões que foram vendidas, os antigos permissionários estão fora de Brasília, os motoristas estão trabalhando e já se sentem dono dela, porque pagaram e querem transferi-la para terem uma segurança. A pessoa, muitas vezes, já é idosa, pode morrer a qualquer momento e não quer ver esse bem que adquiriu envolvido em um inventário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Temos funcionários públicos que receberam essas permissões, porque as permissões antes de 1988 eram entregues por meio de decreto. Então, ligavam para gerais, coronéis e outros indagando se eles tinham alguém que queria uma placa de táxi – porque, na época, não era permissão. Eles procuravam um motorista, que era um servidor público, ofereciam para ele, que dizia: “Não quero isso, não”. “Pega, rapaz, isso é bom para o seu futuro”. Então, os servidores públicos foram adquirindo dessa forma. Há servidores públicos que eram motoristas de praça, fizeram faculdade, estudaram, prestaram concursos, passaram, são servidores e permissionários. São “n” situações.

Há as inventariantes, senhoras, normalmente quando se fala do viúvo, se fala da viúva, pois quem tinha a permissão era o marido. As mulheres de outras gerações viveram sob a égide do marido controlando-as, isso é normal daquela época por conta da criação. Então, havia permissionários com 65, 70, 80 anos, casados, que sobreviveram dessas permissões, faleceram, e as mulheres não sabem nem sair de casa para mexerem com uma conta de banco, mas elas sobrevivem dessa permissão.

Depois que eu entrei lá, comecei a ver a quantidade de problemas. Muitos falam que há permissionários com 60, 70, 80 permissões. Legalmente, na Sutransp, só há um permissionário para uma permissão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Convido o Deputado Rôney Nemer para sentar conosco.

SR. RONALDO PERSIANO – Bom, por que o substitutivo está sendo apresentado? Esse projeto veio no ano passado para cá. Foi feito na Secretaria de Transportes. A gente agradece à pessoa que se prontificou a apresentar, ele realmente foi apresentado de afogadilho. Foi em uma noite lá: “Preciso do projeto”. “Vamos mandar”. Enfim, o projeto veio disciplinando a profissão taxista. A profissão taxista já está disciplinada e é disciplinada por lei federal. O que nós disciplinamos — a Subsecretaria, o governo — é o serviço de táxi.

A gente observou que a ementa do projeto e os seis primeiros artigos estavam errados. Do ponto de vista legal, eles eram inconstitucionais. Vendo isso com a assessoria, com os auditores que estão me auxiliando, as várias emendas que estavam sendo feitas, nós resolvemos então conversar com o Deputado Rôney Nemer. Com a Deputada Celina Leão ainda não tínhamos tido oportunidade de conversar, mas comunicamos: “Olha, nós precisamos fazer um substitutivo, porque vai dar problema na CCJ na hora da análise”. Então acordamos, mas não queríamos retirar o projeto para não gerar na categoria uma situação de que estávamos querendo dificultar a coisa. Não queríamos gerar esse mal-estar.

Conversei com o Deputado Rôney Nemer, e ele colocou o posicionamento de que nós devíamos mandar o substitutivo como nova mensagem. Aí é um trâmite entre o Executivo e o Legislativo que vamos cumprir, mas esse substitutivo está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

vindo. Na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, discutimos várias vezes e acordamos muitas emendas que serão incluídas nesse projeto. Essas emendas que já foram acordadas entre nós, que o Deputado Rôney Nemer tem relacionado, já estão dentro do projeto. As emendas que não tiveram acordo, o Deputado Rôney Nemer vai colocar para votação política e decidir entre os Deputados. Se prevalecer o nosso ponto de vista, ótimo. Se não, se for o lado de vocês, que apresentaram, bom também. A gente apresentou uma proposta técnica. Esse é o posicionamento.

A proposta da categoria para mudança do instituto, nós vimos essa proposta de apresentar autorização de uma forma boa, porque há todos esses problemas que eu disse aqui com relação à transferência. Como permissão, não vai ser possível. É essa a justificativa que a gente deu. Se continuar a permissão, para a Secretaria não tem nenhum problema. Os permissionários continuam aí da mesma forma que estão, com os nomes que estão, aguardando o que vem da área federal relacionado ao inventariante que, caso a lei federal permita, o inventariante vai receber aquela permissão e vai poder transferir. Mas vamos esperar a lei da área federal.

Em relação à nossa legislação, já se prevê esse tipo de transferência para inventariante, e eu tive uma notícia boa, tendo em vista uma emenda que foi feita pelo Senador Gim Argello. Ele praticamente coloca o nosso projeto aqui dentro da medida provisória. Eu estava lendo rapidamente. Quer dizer, se essa medida provisória passar, o projeto nosso já corre um risco menor talvez de ser considerado inconstitucional naqueles artigos em que vocês têm maior interesse. O projeto se divide na regulamentação dos serviços, que é nossa parte, e nós evoluímos bastante nele, e no interesse de vocês, que é transferir as permissões.

Basicamente, esta é a razão do substitutivo, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Antes de passar a palavra para o Deputado Rôney Nemer, quero perguntar, Sr. Subsecretário, se as nossas emendas foram acatadas, porque havia um acordo de que as nossas emendas fossem mantidas aqui na Câmara, justamente para deixar a autoria dos Parlamentares naquilo que não fosse inconstitucional, que não criasse vício de iniciativa.

SR. RONALDO PERSIANO – O que a gente pensou? Nós não estivemos na Comissão de Assuntos Sociais com V.Exa., por isso não mexemos nas emendas de vocês, mantendo-as para quando o projeto vier para cá.

Com o Deputado Rôney Nemer, foi o seguinte – ele vai achar ruim, mas não vai ficar bravo: nós tivemos muita coisa em que concordamos e já colocamos no projeto, mas fica como emenda da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Não há o menor problema em relação a isso porque já estava acordado. Como não participamos da elaboração das emendas na sua comissão, deixamos para que vocês coloquem no projeto normalmente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Deputada Celina Leão, autora desta comissão geral, e a todos da Mesa: Sr. Ronaldo, a equipe da Secretaria, todos. Já tivemos tantas reuniões juntos, que daqui a pouco vocês vão ter ponto aqui na Câmara para assinarem todo dia.

Peço desculpas porque eu estava na Secretaria de Administração fechando a carreira fazendária e os aposentados que ficaram de fora do projeto, e conseguimos avançar bastante. Fechamos a carreira fazendária. Os pontos de interesse dos aposentados ainda não fechamos, mas avançamos bastante. Tomamos um chá de cadeira de uma hora, por isso atrasei muito para vir aqui. Tínhamos marcado reunião para as 17h, mas, como havia esta comissão geral e estamos fazendo essa discussão aqui, vamos remarcar a reunião porque o projeto está dando entrada aqui na Casa semana que vem. Deixamos remarcada nossa reunião para quinta-feira, às 17h, como combinamos da outra vez, para podermos pegar os pontos do substitutivo, que era simplesmente normatizar a profissão de taxista, e sim normatizar a atividade, definir a atividade, o serviço.

Ficou acordado que todas as emendas de Parlamentares seriam mantidas como emendas de Parlamentares, e não seriam incorporadas ao substitutivo, até porque, nós, Parlamentares – e eu pego táxi bastante –, precisamos depois falar: “Eu fiz essa emenda para ajudar”, porque o trabalho que temos é esse. Há políticos que têm muito dinheiro para fazer propaganda em época de campanha, o que não é o nosso caso, não é, Deputado Aylton Gomes? Nem o meu, nem o seu, nem o da Deputada Celina Leão. O que temos para divulgar é o nosso trabalho, é a emenda, são as reuniões que fazemos, as discussões que fazemos. E se o Executivo, depois dessa discussão toda, falar: “Vou aproveitar a emenda deles que foi boa”, nós ficamos chupando o dedo. Não dá. Então, nós combinamos isso com a Secretaria, e é dessa forma que entendemos. O cerne do projeto, volto a dizer, é a hereditariedade, mas nós estamos aproveitando para incluir outras coisas.

O Deputado Aylton Gomes também fez audiência pública, também está discutindo conosco. O conjunto dos 24 Parlamentares. Antes eu só falava em nome da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, dos Deputados que a compõem e do meu bloco, vocês presenciaram, porque eu só tinha autorização para isso. A reunião era em nome da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças porque eu estou Presidente dela, e a fazíamos em nome dessa comissão. Na hora em que o Deputado Robério Negreiros, relator pela Comissão de Constituição e Justiça, e a Deputada Celina Leão nos autorizaram a fazer em nome deles também, para fazermos uma coisa conjunta, um parecer só, melhor ainda. Porque aqui é perfeito, não há problema nenhum. Eu digo assim: ciúme só se deve ter de quem se beija na boca, e só um pouquinho para dar tempero no amor, porque ciúme demais, até no amor, em qualquer situação é ruim. Na política, então, é péssimo. Todo mundo está trabalhando, os 24 Parlamentares. Chega emenda, a gente discute. Chega outra, a gente discute.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Está aqui o assessor da Deputada Eliana Pedrosa, o Adenauer, que esteve lá naquele dia, virada no tetéu, reclamando que eu estava falando só em nome da CEOF. Eu falei para ela: Deputada... Ela disse: "Tem razão, Roney. Eu não me toquei". Mas é fato. Agora, não. Desde que a Deputada Eliana Pedrosa foi lá e falou com a Celina – e o Sandro, que é assessor da Celina, estava presente nas reuniões – a gente trabalha tranquilo, não é Aylton? A assessoria do Aylton, eu o Aylton trabalhamos juntos.

Aliás, amigo, senti a sua falta aqui hoje, mas falei seu nome. Hoje eu fiz uma homenagem aos bombeiros. Viu? Falei seu nome. Depois seu povo vai te dar notícia.

Uma coisa que eu aprendi com o Filippelli, gente – aqui eu gostaria de falar também em nome dele –, é esse carinho, esse respeito a tudo, aos taxistas, aos próprios Parlamentares. A gente tem que ter rito. Não adianta, na briga, achar que eu vou roubar fulano. Nada... Na política, todo mundo tem seu espaço. Você só perde uma pessoa para outra se você não preencher o espaço que é seu e deixá-lo vazio. Aí outro vem e preenche. Assim como vocês taxistas.

Muitas vezes, eu pegava táxi e achava até bom, porque, às vezes, eu tomava umas e outras, pegava táxi e ia embora para casa. O taxista sabia quem eu era. Agora, não. Agora que eu comecei a trabalhar intensamente com vocês, não tem como. Todo mundo sabe quem eu sou, mas o legal é a gente poder dar tranquilidade à família de vocês. É esse o nosso objetivo: dar tranquilidade no dia a dia a vocês, dar tranquilidade à família de vocês.

E eu queria aqui, de público, agradecer à equipe do Secretário José Walter – ao Ronaldo e aos dois auditores fiscais. Eu vou dar uma puxada de sardinha: eles são da minha carreira – da minha é péssimo, eles da carreira a que pertencem – e são *show* de bola. São pessoas novas no GDF, cheias de gás, querendo trabalhar. A gente só tem a parabenizá-los e dizer a vocês – com o acordo da nobre Deputada Celina Leão, do Deputado Robério Negreiros, que já esteve aqui também, do Deputado Aylton Gomes, dos 24, – que fica para quinta-feira que vem a reunião, que é um prazo bom para dar tempo de o substitutivo chegar.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Prestem atenção: vocês receberam uma cópia. É válido, mas é que eu conheço de governo um pouquinho. Às vezes, o que chega não é o que foi entregue. (Risos.) Desculpe, eu tenho que falar. Desculpe, Ronaldo. É assim. É assim porque a gente senta. Não, eu sei... Mas, às vezes... Tem... pode... deve, mas preste atenção: você passou para o José Walter, que vai passar lá para a equipe do Agnelo. A equipe do Agnelo vai conversar com o Willemann, e aí pode alguém falar: não, muda aí. Ih... Jesus amado.

SR. RONALDO PERSIANO – Deixe eu te falar. Eu até vou aproveitar o momento aqui e te pedir desculpas, mas ele vai vir da forma como a gente acertou. Tá?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Ok. Deus te ouça.

SR. RONALDO PERSIANO – Agora, hoje constam as suas emendas lá. Depois, escreva: essa é lá da CEOF e tal. Da CAS é que ainda não consta porque a gente não tinha conversado, mas vai se integrar ao projeto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Não. Não. Não.

SR. RONALDO PERSIANO – Veja bem. Ele vai vir sem isso.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Ah, tá.

SR. RONALDO PERSIANO – Estou dizendo que é o que está na mão deles. Está bom?

DEPUTADO RÔNEY NEMER – O que tem que vir é o seco.

SR. RONALDO PERSIANO – É o seco.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Que é a ideia do governo tornando... É o que tem que vir, não, perdão. Olhe aqui a arrogância. O que a gente combinou, porque quem somos nós para mandar no Executivo? Nós não queremos que o Executivo mande na gente. Nós também não vamos... Independência de poderes. Mas o combinado é que o Executivo pega a parte que falava em profissão e transforma em atividade, e aí o projeto se torna constitucional, e aquelas emendas todas que nós pactuamos entrarão como emendas dos Parlamentares, não é isso?

SR. RONALDO PERSIANO – Ok. Isso mesmo. E agora incluímos outros artigos que dizem respeito ao táxi pirata, ao serviço pirata, ônibus pirata.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sim, outras coisas que eles acharam interessante e que eu já até decorei. Era o 62a, 62b, que virou 62, 63, 64, 65, mas que nós lemos naquele dia. Com a tese defendida pelos auditores, nós concordamos. Agora só vamos conferir para ver se a redação trata exatamente daquilo, porque, às vezes, a gente quer falar uma coisa, mas escreve de um jeito que não dá a entender aquilo que a gente quis falar.

SR. RONALDO PERSIANO – Outra coisa, Deputado, é o seguinte. Mexemos também no anexo. Por exemplo, o taxista...

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sanções, penalidades, que até o Lincoln foi quem sugeriu. Cadê as penalidades?

SR. RONALDO PERSIANO – O taxista com a roupa pagava multa muito alta. Reduzimos isso. Colocamos o táxi pirata também como uma situação mais grave. Enfim, a gente deu uma mexida também nessa parte, mas nessa parte toda do serviço

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Nada tinha sido levantado por Parlamentar. Foi levantado por sua equipe técnica.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

SR. RONALDO PERSIANO – Exatamente. Então, são algumas melhorias. E a parte de emendas todas vai ser integralizada aqui na Câmara.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Para ficar bem claro, viu, Deputado Aylton Gomes. Todas as emendas vão ter autoria dos Parlamentares que fizeram emenda. Isso foi o combinado e é assim que a gente vai proceder. Não é isso?

SR. RONALDO PERSIANO – É isso mesmo, Deputado.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Então, eu queria agradecer a vocês também. Encerro minha participação por aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Boa tarde a todos e a todas. Antes de mais nada, quero agradecer a Deus a oportunidade de mais essa reunião aqui na Casa do povo. Temos que parabenizar a nossa amiga, essa mulher combativa, Deputada Celina Leão, sensível a essa causa também. Ela é a Relatora e está de corpo e alma nisso. É muito bom quando percebemos parceria nesta Casa.

Então, Deputada Celina Leão, parabéns e muito obrigado por fazer esse debate!

Já passou aqui o Deputado Robério Negreiros, que está muito comprometido também com a causa, e o Deputado Olair Francisco, que é uma figura desta Casa e está em todas as causas, é parceiro e companheiro. Passou aqui também o nosso amigo Ronaldo Persiano, essa figura que dispensa comentários; o Sergio Aureliano e Silva, do Sindicato dos Permissionários; o Presidente do Sindicato dos Taxistas, Geocarlos Cassimiro, e José Silva Nascimento, Presidente da Associação dos Taxistas.

Percebo que o dia de hoje é mais uma oportunidade que temos para alinhar o pensamento. Estou vendo aqui o Deputado Rôney Nemer, que, desde o início, tem sido um companheiro forte nessa luta e, assim como eu, é servidor público e entende dessas questões e das necessidades de vocês. Acho que a fala do Deputado Rôney Nemer dispensa comentários, do pouco que ouvi – quando cheguei, ele já estava falando.

Então, este é o momento que temos para alinhar os pensamentos. Essa é uma categoria que – corrijam-me, se eu estiver errado – estava meio debandada, um aqui, outro ali, cada uma na sua linha. A partir do momento em que a gente faz com que todo mundo ande junto... Acho que a gente precisa se unir e aqui é o fórum privilegiado para isso, o fórum das discussões, uma Casa democrática.

Um bombeiro me ensinou que ninguém anda só. Um bombeiro sozinho não vai ao local de um acidente sozinho, desliga a bateria, tira a vítima da ferragem, dirige o carro e a leva para o hospital, não. Cada um tem o seu papel. Quando conseguimos andar juntos, fazemos as coisas acontecerem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Com todo esse trabalho com o Executivo, com os Parlamentares, nas inúmeras sessões, umas mais acaloradas, outras menos, fomos chegando a um denominador comum, a um amadurecimento. Hoje, acredito que já estamos próximos daquilo que é ideal, próximos de um entendimento. Não podemos perder essa oportunidade.

Chegar a uma lei dessa grandeza, temos que agradecer ao Governador, à equipe de Governo, ao Executivo, pela coragem. Vocês devem debater isso, discutir, trazer essa ideia aqui para dentro e fazer com que os Parlamentares que estão comprometidos com a causa tragam suas ideias e as discutam com vocês.

Não é toda hora que passa uma lei para esta Casa fazer mudanças e a haver a sansão do Governador, não. Então, chega na semana que vem, e já está costurado o substitutivo. Pelo que percebi, o Deputado Rôney Nemer falou alguma coisa sobre uma reunião já preestabelecida. É mais uma oportunidade. Daqui para lá, não cochilem, não durmam, fiquem atentos, porque um projeto, conforme o Deputado Rôney Nemer disse, de uma sessão para a outra, tem vírus! Hoje, para pegar um vírus, é um pulinho! Apagam, acrescentam. É só uma cochilada! Então, é hora de pôr debaixo do braço, conduzir, chegar lá e fazer isso valer.

As discussões de vocês não podem ser em vão, não podem ter sido por acaso. Acompanhei várias delas, e isso não pode ser em vão. A Deputada Celina Leão nos deu mais uma oportunidade: vir para dentro desta Casa, colocar a questão na mesa e jogar com coração. De repente, não vamos comungar com a ideia de todos, não vamos concordar com todo mundo, mas esta é uma Casa democrática, é uma Casa que vai nos dar a oportunidade de retirar as diferenças, as injustiças de algumas coisas que não estavam legais. Pensamos que o nosso problema é sempre o maior. Quando a gente fala de problema, o meu é maior, o meu é primeiro. Há horas em que temos de nos desprender disso, jogar a questão na mesa e ver que o problema do outro dói também. Não é só o meu que dói. Se cortar, dói; se mexer, dói. Então, neste momento é que devemos andar juntos, para chegar o mais próximo do ideal, no substitutivo; para sairmos daqui, no dia da votação, batendo palmas e dizendo que a luta não pode parar.

Eu não poderia deixar de vir aqui para dizer que estou com vocês e que vocês podem contar com o meu voto e com o meu apoio, da mesma forma como vocês podem contar com o apoio da Deputada Celina Leão, do Deputado Rôney Nemer e de todos os Deputados desta Casa. Tenho certeza de que ninguém vai contra essa categoria, que é nobre e que merece zelo e carinho. Para onde vamos, não há jeito. Quando chegamos ao aeroporto, precisamos de um táxi para o hotel. Em qualquer lugar, precisamos de um taxista.

Tive uma conversa recente com um taxista, no Recife, e a mesma dor que vocês sentem aqui eles também sentem lá. O que conversei com vocês, aqui, também acontecia lá. Quando falei que em Brasília estava havendo essa discussão,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

eles ficaram muito interessados e pediram que eu mandasse a proposta para lá e discutisse com eles. Olhem a extensão da coisa! De repente, existe uma discussão aqui que vai parar lá no Nordeste. Alguém viu que é interessante, que pode ser profícua e vai atrás. Podem ter certeza de que alguém vai procurar vocês. E aproveitamos e falamos que vocês estão trabalhando em uma linha boa.

O taxista é aquele que começa trabalhar de manhã, de tarde, de noite, de madrugada. Ele não tem hora. Pelo que entendi, é uma caminhada que merece respeito. É a pessoa que conduz vidas, que tem de cumprir o horário. Temos que aproveitar a lei e colocá-la o mais próxima do ideal que vocês estão buscando para tirar os grupos da diferença e fazer uma comunhão só. Aí começo a acreditar que vai dar certo, que estamos na linha certa.

Parabéns, Deputada Celina Leão! V.Exa., que é uma Deputada combativa e que já mostrou seu valor, contribui muito. De vez em quando temos que dar uma de bombeiro para acalmar os ânimos. Nesta Casa, temos que saber respeitar os limites dos outros, porque aqui é a Casa do Povo, uma casa democrática, uma casa do campo das ideias, das discussões. É tão bom quando a gente aprende a respeitar o limite e as ideias do próximo! Temos o conceito de que o nosso pensamento é absoluto, mas não posso ter uma ideia absolutista. Às vezes tenho que me render à ideia do outro. Temos que estar prontos para isso. Sou bombeiro e digo que aprendi e muito nessa convivência, nessa relação humana, no dia a dia. Quando o bombeiro chega para prestar socorro e vai tirar uma vítima das ferragens, ele não pergunta a ela qual o partido político, a crença religiosa, onde mora, a classe social. Ele simplesmente atende o próximo. Então, devemos estar dentro dessa linha.

Não canso de repetir que uma vez fiz um curso de sobrevivência na Amazônia e, quando adentramos na selva, o coronel disse uma frase de que nunca esquecerei. Ele disse que a selva não era do mais forte, a selva era do sábio, resistente e habilidoso. Quando conseguirmos condensar estas três qualidades, sabedoria, resistência e habilidade, entramos e saímos de qualquer lugar. Tive a sorte de, naquele curso, ser o primeiro colocado.

Vocês entenderam a real natureza dessa fala, pois vocês foram sábios, resistentes e habilidosos. Para chegar até este ponto e esperar o substitutivo daqui a pouco, quem não tivesse tido paciência e habilidade já teria desistido de tudo e ido para casa. Era isto que o Governo queria, que vocês desistissem de tudo. Mas vocês não desistiram e estão aqui até agora, debatendo o assunto junto com os Deputados.

Que Deus abençoe a cada um, que Deus abençoe a Deputada Celina Leão por nos oportunizar mais uma vez a discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Antes de encerrar, concedo a palavra ao Sr. Geocarlos Cassimiro Araújo, que pediu para dar uma palavrinha.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

SR. GEOCARLOS CASSIMIRO ARAÚJO – Eu só quero rebater o que o Elias e o Araújo falaram sobre exploração. Eu não sou a favor de exploração no serviço de táxi. Na minha concepção, a permissão é para o cidadão tirar o sustento dele e da família dele e só, entendeu? Desde a época em que o Fraga era Secretário, em que eu estive lá, tem ofício pedindo para regularizar a situação. Então, não sou a favor.

Outra coisa vou falar para vocês dois, para o Araújo e para você. Vocês estão falando em exploração. Realmente ela existe. Nós sabemos, não adianta esconder a verdade, entendeu? Há dono de supermercado que tem permissão, tem funcionário público que tem e aluga. Isso existe, mas vocês estão esquecendo uma coisa. Aqui neste projeto, está piorando, está aumentando mais a exploração, porque está criando outro auxiliar. Eu sou permissionário, vou alugar dois turnos e vou ficar em casa. É muito melhor. Mas, se vocês estivessem lutando para que acabasse o auxiliar e ficasse só a figura do permissionário ou do autorizatário, aí tinha lógica. Mas vocês estão deixando passar para aumentar mais um auxiliar.

Sobre o Ronaldo. Ronaldo, é o seguinte: não foi a categoria que pediu autorização, não, viu? Não foi a categoria. Mas, se vocês acatarem a sugestão do Sintaxi, que é fazer um plebiscito para que consultem o trabalhador e a trabalhadora do dia a dia que não estão aqui participando dessas reuniões, e a maioria falar assim: “Queremos mudar para autorização. Queremos que permaneça a permissão.”, nunca mais eu falo nesse assunto. Mas só se consultarem o trabalhador.

Obrigado, Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu tinha prometido conceder a palavra por um minuto para o Elias e o Araújo também, rapidamente, para nós encerrarmos.

SR. ELIAS RODRIGUES DE SOUSA NETO – Obrigado, Deputada. Serei bem breve.

O Sérgio falou a respeito da questão da escravidão. Na minha fala, eu disse que não era o caso do meu permissionário, mas em outras situações existe, sim. O meu permissionário, não. No caso do meu permissionário, muito pelo contrário, o aluguel que eu pago para ele é bem abaixo do aluguel que cobram por aí. Há alguns que cobram até mil reais por aluguel de uma permissão. Eu pago bem menos. Então, o meu permissionário não considero como explorador, mas há muitos exploradores. Não são todos, mas há muitos, com toda certeza.

A questão do segundo motorista. Eu pessoalmente ainda fico também com o Geocarlos nessa questão. Acho que o segundo motorista vai trazer uma situação na qual o permissionário que gosta de explorar vai ter oportunidade duas vezes de explorar motorista, mas nós temos que respeitar as opiniões das outras pessoas. Portanto, o que prevalecer nas discussões com os Deputados nós vamos acatar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Só para concluir, como eu falei, quem quer demais traz de casa. Então, para conseguirmos algum benefício, alguma coisa a gente vai perder. Nem tudo se ganha. Então, para essa questão do segundo motorista, eu acredito que pode haver ainda um bom senso. Eu acho que não há necessidade do segundo motorista auxiliar, até porque virão novas autorizações e preencherão a necessidade que esse segundo motorista auxiliar viria preencher.

Muito obrigado.

SR. CHRISTIAN SOARES SILVA – Deputada, sou Christian. Se me permitir a palavra, eu quero fazer só uma pergunta para o Subsecretário de Transportes.

Secretário, eu queria fazer a seguinte indagação: existe autorização para concessão de transporte público?

SR. RONALDO PERSIANO – Não aqui em Brasília.

SR. CHRISTIAN SOARES SILVA – Está positivado na Constituição Federal que transporte público é só através de concessão. Não é nem licitação. Não chega nem nesse caso, porque concessão não tem aquele *plus* de licitação. Vem aquela questão jurídica. Tem aquele *plus* de concessão, que não pode ser através de licitação. Uma sugestão: que o representante do Ministério Público, na próxima sessão, seja convidado à Mesa, até mesmo para debater sobre o tema, porque está positivado na Constituição Federal que transporte público é só através de concessão.

São essas as minhas considerações.

SR. RONALDO PERSIANO – Em relação ao Ministério Público, eu estive presente conversando até para poder pegar subsídios para a próxima licitação do edital que nós estamos analisando na Procuradoria. E eu fui pedir subsídios para que a gente não fizesse nada errado, vamos dizer assim. Eles me orientaram da melhor forma que puderam e, numa conversa em particular, ele me perguntou o seguinte: “Quantos por cento hoje das permissões não estão mais com os permissionários originais?”

SR. CHRISTIAN SOARES SILVA – Não, a questão é a competência. A competência da matéria é do Distrito Federal.

SR. RONALDO PERSIANO – É que você me abriu um espaço que eu estava precisando para falar. Eu disse a ele 30%, então ele disse: “É mais.” Nós refizemos o calculo e hoje nós temos 70% de permissionários não mais os originais. Então, a recomendação era de que licitássemos todas essas permissões, esses 70% e mais o que o estudo previu. O rumo do Ministério Público é que seja permissão licitada. É a diferença que temos aqui junto ao projeto.

SR. CHRISTIAN SOARES SILVA – É, mas aquela questão da inconstitucionalidade. Uma palavrinha, nós estamos cansados de saber, já gera a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

inconstitucionalidade. Então, autorização no projeto já vai gerar por si só a inconstitucionalidade. Por si só.

SR. RONALDO PERSIANO - O Marcelo é meu assessor e é auditor fiscal, ele tem essa resposta para você.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vamos ouvir o Sr. Marcelo.

SR. CHRISTIAN SOARES SILVA – É só pesquisar aí na Constituição Federal e vai estar lá: concessão pública de transporte.

SR. MARCELO BARBOSA – A Constituição Federal não fala sobre transporte público especificamente. Na verdade, a lei que vai falar sobre o transporte público ser concedido por permissão é a Lei nº 12.587, que dá as diretrizes sobre a mobilidade urbana. Está no art. 12, da Lei nº 12.587. Ela fala que o serviço de táxi, o serviço de transporte público individual, deve ser feito através de permissão como um interesse público municipal. Ele fala do município. Como o Distrito Federal tem competência para legislar como município ou estado, essa competência nos cabe também.

SR. CHRISTIAN SOARES SILVA – Essa palavra gera inconstitucionalidade. Então a matéria está como autorização.

SR. MARCELO BARBOSA – Sim, mas hoje a doutrina prevê. Na Constituição Federal ela não é especificada como uma diretriz para poder delegar serviço público de transporte individual, como autorização ou concessão. A Lei nº 12.587 fala hoje, sim, no art. 12, que tem de ser através de permissão, mas a doutrina em si prevê os dois, tanto a autorização, quanto a permissão.

SR. CHRISTIAN SOARES SILVA – Então a gente já esta dentro do impasse jurídico, cabeça de juiz ou cabeça de ministro... Então eu acho que a gente não deve chegar a esse tema. O que temos é de fazer o projeto certinho para não termos esse desgaste.

SR. JOSÉ SILVA NASCIMENTO – Deixa-me colocar uma outra situação, Deputada. Em Curitiba a legislação está funcionando e é autorização. Reportando ao tema de o governo estadual tratar dessa legislação, lá em Curitiba evoluiu e funciona como autorização. Não conheço nenhum questionamento de Justiça lá em Curitiba, desde 2012. E até gostaria de obter informações. Em São Paulo eles consideram, não permissão, nem autorização, consideram alvará. Eles concedem alvará. Concederam agora e a Justiça questionou, o Ministério Público questionou em São Paulo.

Então, veja, está caso a caso evoluindo, e Brasília, não sei. O futuro a Deus pertence.

SR. LEOPOLDO RODRIGUES – Eu gostaria de colocar aqui... Porque essa questão já é totalmente vencida. A Deputada Celina Leão abriu a sessão dizendo o seguinte: "A lei que foi para a sanção da Presidente Dilma foi vetada com o seguinte



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

argumento: trata de matéria de competência de âmbito municipal, no nosso caso, distrital.” Nós estamos participando da elaboração da MP 615, que foi votada e aprovada na Câmara, votada e aprovada no Senado, com parecer da Advocacia-Geral da União, que traz a seguinte redação: “Os serviços de utilidade pública de transporte individual de passageiros (táxi) deverão ser organizados, disciplinados e fiscalizados pelo poder público municipal com base nos requisitos mínimos e tal”. O artigo 12a diz: “O direito à exploração do serviço de táxi poderá ser outorgado a qualquer interessado” e por aí vai. Então, com base nisso, Curitiba transformou a denominação de concessão para autorização justamente para afastar a questão que envolve as concessões. Isso já tem parecer da Advocacia-Geral da União. O município pode legislar sobre essa matéria e dizer se é autorização ou se é permissão. Ela vai trazer uma diferença básica jurídica, que já foi colocada, mas não vai cair na inconstitucionalidade a transformação, haverá um regime jurídico diferente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou dar uma explicação rapidamente, senão nós vamos entrar em um debate constitucional muito grande. O que acontece? A Constituição Federal fala em concessão e permissão no artigo 175. Só que ela não detalha isso no transporte. Nós temos uma lei federal, a Lei nº 12.844. O artigo que a Dilma vetou é o que o pessoal está colocando aqui, ela falou que era competência do município. Então, ela joga, ela não vetou falando que era inconstitucional, ela vetou falando que era competência do município.

Nós criamos a Lei nº 4.056, talvez seja por isso que gerou dúvida, que foi julgada inconstitucional. Ela foi julgada inconstitucional justamente por usar o termo permissão. Foi julgada inconstitucional. Qual é a nossa tentativa? Usar o termo autorização para ver se a gente consegue a constitucionalidade em cima, inclusive, do veto da Dilma, que foi falado que era competência municipal, em similaridade com o projeto de Curitiba.

A gente falar o que o juiz vai falar ou deixar de falar é se antecipar aos fatos. Acho que a gente precisa argumentar – e aí a gente quer a ajuda de vocês para escrever o melhor texto possível – para tentar dar constitucionalidade. Estamos aí, a CCJ da Câmara, que é de constitucionalidade, a CAS, que é de mérito, e os próprios auditores do GDF. Foi por isso que o texto foi retirado. Ele falava sobre regulamentar a lei trabalhista. Isso não é competência nossa. Foi por isso que o texto foi retirado e dado uma nova redação a ele. Então, a gente está tentando justamente, na lacuna da lei, dar a constitucionalidade necessária para dar condição a todos os taxistas.

Na quinta-feira, às 5h da tarde, nós vamos ter certeza. Nós não sabemos a forma que o texto está chegando, de que forma ele vai chegar. Então, não vamos ampliar muito esse debate porque, na quinta-feira, inclusive, na CCJ, na CAS, na CEOF, nós vamos ter todas as prerrogativas para dar ao texto a maior constitucionalidade possível, com as equipes técnicas – todos os gabinetes têm assessoria –, nós temos uma assessoria técnica da própria Câmara Legislativa, que é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

eficiente. Nós Parlamentares não queremos fazer leis inconstitucionais. A gente entende quando a pessoa tem a preocupação: “E aí, nós vamos criar uma lei inconstitucional?”. Não. Nós estamos trabalhando, talvez na lacuna da lei, para ver o se a gente consegue um texto mais constitucional possível para dar legalidade. Ok, pessoal? Porque senão a gente vai discutir constitucionalidade até 7h da noite aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O convite do Ministério Público? Ok, nós vamos convidar. A sugestão do companheiro ali é que a gente convide o Ministério Público. Vamos convidá-lo também, acho que é importante, para estar participando das próximas comissões.

SR. JOSÉ SILVA NASCIMENTO – Eu gostaria de chamar atenção para a Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 15, que faz diferenciação quanto aos transportes coletivos. Exatamente o art. 15, inciso VI, discrimina e diz dos transportes coletivos, entendemos transporte de massa. Logo, na sequência, o inciso XI fala especificamente do transporte por veículo de aluguel, o que se entende? Que o veículo de aluguel é o táxi; os transportes coletivos são os ônibus, vans, minivans, essas coisas. Qual é o transporte de veículos de aluguel? É o taxi, só faltou acrescentar transporte de passageiros, táxi. Então há diferenciação quanto à concessão e permissão de transporte coletivo e autorização de transporte de aluguel. O veículo de aluguel é o táxi.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Agora só o Elias, para terminar...

SR. LUIZ CARLOS VIEIRA – Deputada, o secretário, o Dr. Ronaldo, falou a respeito de que a concessão lá... Não tem conhecimento da questão. Quando eu falei aqui... Eu não acusei a concessão quando eu falei. Eu quis dizer o seguinte: que eu gostaria, não só eu, como a maioria lá embaixo... Porque essa classe nossa é tão explorada que o senhor veja, nós estamos aqui lutando pelo ideal de todos, e, no entanto, estão aqui menos de 10% da classe. Então eu gostaria de abordar os sindicatos que estão aqui, as associações e tudo, para que trabalhem um pouco mais. Num caso desses aqui, de interesse de todos, o sindicato, não só um como ele, mas os sindicatos deveriam ter feito propaganda no aeroporto, convidando todos por meio de carros de som, em Águas Claras, em Taguatinga, porque Taguatinga, Águas Claras e Ceilândia não é fora do Distrito Federal, é dentro do Distrito Federal. Então nós temos que olhar por todos. É uma mesma classe.

Outra coisa que eu queria dizer é que, quando eu acusei e falei, se zerarem as permissões, podem ter certeza de que o cabrito vai berrar. Entendeu? Então, quando eu falei isso, é real. Se zerarem as permissões, o cabrito vai berrar. Agora, eu não quis dizer que quem tem a sua permissão há 15, 20 anos, que é permissionário e trabalha, vai perder a sua permissão. Quando eu falo em zerar as permissões, é pegar o cabrito, é pegar a lebre. Entendeu? Essa é a questão.

Eu só queria falar mais isso aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   09   2013	15h25min	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada.

Concedo a palavra ao Elias Rodrigues.

SR. ELIAS RODRIGUES DE SOUSA NETO – Eu vou aproveitar para falar um pouquinho, Sérgio, sobre o que você disse em questão de ser explorado, escravizado. Quem dera se eu trabalhasse no seu carro a R\$70,00 dentro da Coobras. Realmente, esse tipo de permissionário tem que ser aplaudido, um cara sério, uma pessoa séria, você e o Leo. Porque na verdade o que se tem são pessoas com permissão, com várias delas, que não têm uma empresa, que têm carro e que exploram a categoria. Esses são os agiotas da categoria. Eu me refiro à escravidão quando eu trabalho para esse tipo de gente, porque eu trabalho para uma pessoa que é viúva, que eu estou lutando para ela herdar, e ela me tirou a permissão, e o carro é de terceiros. Esse tipo de gente que nem na praça comparece que não merecem estar onde está. Refiro-me a ser escravo dessas pessoas. Então é isso.

Realmente existem pessoas sérias mesmo, os permissionários sérios. Mas existem muitos, muitos, muitos agiotas. E questão de você fazer um plebiscito, isso nada mais é do que o que a gente está fazendo aqui, meu amigo. Aqui tem representante de tudo quanto é categoria. Acho que não tem necessidade não.

Agora, se abrirem, igual o Ronaldo falou aí, 70% das permissões existentes, mais as 646, você está capacitado em manter a sua? Então transforme em autorização.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, muito obrigada, eu quero agradecer a presença de todos os parlamentares que passaram por essa audiência pública, o Deputado Olair, o Deputado Aylton, o Deputado Rôney Nemer, o Deputado Robério Negreiros, todos os que mandaram também representantes, Deputado Patrício, Deputada Eliana Pedrosa – acho que citei todos –; agradeço a presença de vocês, do Deputado Rôney Nemer, do Deputado Agaciel Maia, que também passou por aqui; agradeço a presença do Ronaldo, de todos os representantes dos sindicatos, das associações.

A próxima reunião, já após o projeto de lei ter dado entrada na Câmara, vai ser quinta-feira, às 5h da tarde, na sala de reuniões aqui ao lado. Outra coisa que é importante dizer é que esperamos que o projeto já tenha dado entrada nesta Casa. Inclusive, o Ronaldo já está se comprometendo a mandar o projeto de vocês rapidamente para que tramite conjuntamente nas nossas três comissões – na minha, na do Deputado Rôney Nemer e na do Deputado Robério Negreiros –, para que a gente possa lhe dar agilidade, aprovando-o o mais rápido possível.

Muito obrigada, e que Deus os abençoe.

(Levanta-se a comissão geral às 18h10min.)